



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA



OS PODERES CONSTITUÍDOS E A CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

**DIRETRIZES PARA
UM NOVO BRASIL**

12

**Os Poderes Constituídos
e a
Convivência Democrática**



Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor)

Os poderes constituídos e a convivência democrática (discursos presidenciais). — Brasília, Presidência da República, 1991.

85p. (Diretrizes para um Novo Brasil, 12).

1. Brasil — Política e Governo — Discursos. I. Título. II. Série.

CDD 320.981

Presidente Fernando Collor

**Os Poderes Constituídos
e a
Convivência Democrática**

Discursos Presidenciais

Presidência da República

Fernando Collor
Presidente da República

Itamar Franco
Vice-Presidente da República

Secretaria de Imprensa
da Presidência da República

1991

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

DISCURSO DURANTE JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA ..	7
ENTREVISTA À EMISSORA NORTE-AMERICANA CNN ...	15
INAUGURAÇÃO DO PARQUE DOS CAJUEIROS GOVERNADOR VALADARES, EM ARACAJU (SERGIPE) ..	21
APRESENTAÇÃO DOS OFICIAIS-GERAIS RECÊM-PROMOVIDOS	26
CERIMÔNIA DE POSSE DO CONSELHO NACIONAL DE AGRICULTURA	29
CERIMÔNIA DE CUMPRIMENTOS DO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO EM BRASÍLIA	34
SOLEINIDADE DE CUMPRIMENTOS DE FINAL DE ANO AOS MEMBROS DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO	36
ENTREVISTA AO JORNALISTA FRANCISCO XAVIER ANDRES GONZALES, DO JORNAL ABC, de MADRID	41
SOLEINIDADE DE DIPLOMAÇÃO DA TURMA «FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA», DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	53

REUNIÃO MINISTERIAL DE FIM DE ANO	56
VISITA À VILA PARANOÁ, DF	63
ALMOÇO COM OFICIAIS-GERAIS NO CLUBE DA AERONÁUTICA	67
PRONUNCIAMENTO DE NATAL EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO	69
PRONUNCIAMENTO NO PROGRAMA «VERDE É VIDA», TRANSMITIDO PELA REDE GLOBO DE TELEVISÃO	72
LANÇAMENTO DO PROGRAMA SETORIAL DE AÇÃO DO GOVERNO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO (1991-1995)	74
PRONUNCIAMENTO DE FIM DE ANO AO POVO DE ALAGOAS EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO DO ESTADO	83

Discurso Durante Jantar Oferecido ao Presidente dos Estados Unidos da América

O Brasil sente-se honrado por receber o líder de uma democracia exemplar. A presença de Vossa Excelência, Presidente Bush, é marco de um processo notável de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Hoje são muitos os fatores que nos unem, são muitos os temas de uma agenda que tem conotações positivas.

Hoje, estamos próximos por ideais de liberdade e estamos próximos por vínculos em todos os campos do intercâmbio das nações.

A visita de Vossa Excelência ocorre em momento histórico marcado por progressos relevantes, mas também por grandes desafios no panorama internacional. As lideranças mundiais vivem horas de satisfação e, ao mesmo tempo, de justificada preocupação. O otimismo diante do horizonte promissor formado nos últimos meses deve ser temperado pela realidade nem sempre feliz dos acontecimentos, pela verdade dramática das condições de pobreza em que ainda sobrevivem dois terços da humanidade.

O sofrimento de bilhões de homens, mulheres e crianças, em todo o mundo, terá de transformar-se na questão número

um das relações internacionais. Não podemos permitir que, ao celebrado fim do bipolarismo ideológico, suceda um bipolarismo ainda mais profundo entre ricos e pobres. Quanto a isso, uma coisa é certa: não haverá paz sólida e duradoura se continuarem a prevalecer as noções que aceitam que a vida de uns valha mais do que a de outros.

«A democracia que se estabelece
hoje na América Latina é conquista
definitiva de nossos povos.»

A comunidade internacional deve ter como bandeira o princípio da solidariedade. Derrubados os muros do silêncio e do obscurantismo, não pode deixar de impor-se o fato de que os homens foram feitos iguais, e de que os homens têm direito à dignidade e à realização pessoais.

Essa é a base da democracia que queremos transformar em regime universal de convivência nacional e internacional. A democracia como indica a própria história dos Estados Unidos, só pode ser construída onde houver igualdade de oportunidades. Se queremos transformar o mundo numa grande democracia, temos que buscar oportunidades equilibradas para todos os povos.

A democracia é também o império da lei. Para que haja estabilidade na vida das nações, a lei internacional deve ser cabalmente cumprida, especialmente quando se traduz em decisões emanadas do órgão máximo de deliberação coletiva, que são as Nações Unidas. O Brasil e os Estados Unidos estão juntos, neste momento, na defesa da realização dos princípios básicos da Carta da ONU e das decisões específicas da Organização. A ONU deve ser matriz para inspirar as soluções pacíficas e, diante das crises como a que vivemos hoje no Golfo Pérsico, tenho certeza de que todas as iniciativas para a paz serão tentadas. Assim, nossos países defendem juntos a perspectiva de um mundo melhor, de verdadeira segurança e cooperação.

A democracia que se estabelece hoje na América Latina é conquista definitiva de nossos povos. Nada a abaterá.

«Temos de apagar da memória
a impressão de que só
o autoritarismo traz
o pão e a casa.»

Sabemos que a liberdade faz o bom governo. Sabemos, também, que a democracia latino-americana enfrenta o desafio do desenvolvimento. Temos de apagar da memória a impressão de que só o autoritarismo traz o pão e a casa. Historicamente, não foi assim. O autoritarismo promove um desenvolvimento perverso, porque impõe desequilíbrios inaceitáveis na distribuição de renda e fere a dignidade do cidadão. A nossa democracia criará condições de justiça social. E nossos parceiros, especialmente aqueles países onde nasceu a democracia, hão de participar solidariamente de nossos esforços, auxiliando o encaminhamento de questões prementes como a da dívida externa e de outras que são requisitos para a retomada do desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Pela terceira vez desde minha eleição no final do ano passado, tivemos hoje ocasião de conversar sobre a conjuntura internacional e sobre as relações entre nossos países. Vejo com alegria que nesse período já conseguimos um avanço importante: o tom de nosso diálogo é dado agora pelas coincidências, não mais pelas discrepâncias. Estamos seguindo o único caminho construtivo — o reconhecimento sereno das naturais divergências e a disposição permanente para solucioná-las, pela via do entendimento, da negociação e do respeito mútuo.

O Brasil e os Estados Unidos são duas nações unidas por relacionamento de grande intensidade e variedade, apesar das diferenças de grau de desenvolvimento que nos distinguem. É natural que existam entre nós perspectivas diversas, e até conflitantes, em algumas questões. É fundamental que nossa parceria

parta exatamente dessa premissa, de que nossa vontade tópica pode discrepar no dia de hoje porque estamos unidos por ideais e expectativas para o futuro de nossos compatriotas e de todos os homens.

«O Plano Bush surge como sinal da disposição dos Estados Unidos de compor uma agenda construtiva com a América Latina.»

Tratamos hoje pela manhã de cinco dos temas mais importantes de nossa agenda bilateral: a Iniciativa para as Américas, mais conhecida aqui como Plano Bush; as questões da dívida externa; do desenvolvimento e do acesso à ciência e à tecnologia; da «Rodada Uruguai» do GATT; e do meio ambiente.

O Plano Bush surge como sinal da disposição dos Estados Unidos de compor uma agenda construtiva com a América Latina e de atribuir efetiva prioridade à cooperação econômica com nossa região. A iniciativa coincide com uma fase crucial de afirmação do processo integracionista latino-americano que vai fortalecer nossas economias e dar-nos novas possibilidades para uma presença mais efetiva no dia-a-dia da comunidade internacional. Vejo no Plano Bush a perspectiva promissora de conciliarmos definitivamente a unidade dos povos latino-americanos com o fortalecimento da cooperação hemisférica.

Em matéria de dívida externa, manifesto minha satisfação pela forma como Vossa Excelência tratou do assunto em entrevista a jornal brasileiro, que me permito citar: «Os Estados Unidos estão ansiosos para ver uma solução de longo prazo que seja consistente com a estratégia internacional da dívida e dê ao Brasil a oportunidade de recobrar a saúde econômica por meio do crescimento econômico e do comércio». Espero que essa atitude seja difundida junto aos governos e às sociedades não só dos Estados Unidos, mas também dos demais países credores e

organismos financeiros internacionais. Conto com a sua sensibilidade e com a sua liderança para que esse objetivo se realize.

«O Brasil não culpa outros países
por seus problemas
de desenvolvimento.»

O Brasil quer fazer, para a dívida, um acordo que seja capaz de cumprir. Buscamos assumir um compromisso sério com os credores e, sobretudo, com o povo brasileiro. No passado, quando se firmaram acordos de cumprimento inviável, não deixou de haver para nossa gente um elevado custo social. O meu governo não pode exigir mais sacrifícios se não estiver convencido de que desta vez esses esforços são o preço de uma solução consistente, equilibrada e factível. Os compromissos públicos devem ser resolvidos com prudência, pois envolvem os interesses de várias gerações.

A economia brasileira atravessa momento difícil. Estamos implementando um forte programa de reformas que visa à recuperação da capacidade de crescer. Temos um quadro sócio-econômico de desigualdades e carências que precisamos corrigir com urgência; ele é incompatível com a estabilidade social e com a dignidade humana. Esse fato requer lucidez e compreensão por parte dos credores. Não estamos tratando de um problema bancário, e sim de uma questão que envolve 150 milhões de pessoas de um dos maiores e mais importantes países do mundo.

O Brasil não culpa outros países por seus problemas de desenvolvimento. Temos perfeita consciência de nossa responsabilidade histórica pelo que somos, mas não podemos deixar de reconhecer dificuldades decorrentes de nossa interação com o meio internacional.

«O livre acesso à informação
é um dos fundamentos
da democracia.»

Devo assinalar a preocupação do Brasil com a multiplicação dos obstáculos que bloqueiam o acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Num momento em que as considerações estratégico-militares perdem peso relativo, esses obstáculos só podem servir ao aumento da distância que separa países desenvolvidos e em desenvolvimento. Não são um bom caminho para a construção de um mundo seguro e podem, ao contrário, torná-lo mais instável, à medida que a maior parte da humanidade vê ao longe, mas não alcança, os benefícios do progresso.

O livre acesso à informação é um dos fundamentos da democracia: se ele vale para o desenvolvimento político, deve valer também para o desenvolvimento econômico.

Na semana passada, para acabar de uma vez por todas com argumentos usados para restringir nosso acesso à tecnologia de ponta, assinei com o Presidente Menem entendimento no sentido de abrir negociações com a Agência Internacional para a Energia Atômica, sobre um acordo de salvaguardas que incorpore ajustes próprios do sistema de contabilidade e controle. A essa prova de transparência em suas relações exemplares com a Argentina, o Brasil já se antecipara ao renunciar unilateralmente à possibilidade de fazer explosões nucleares, ainda que com fins pacíficos. Estamos agora empenhados em que se estabeleçam as condições para plena vigência do Tratado de Tlatelolco.

O Brasil e a Argentina deram um exemplo ao mundo de que a democracia é a melhor base para a amizade e de que a amizade é a única via para a construção da verdadeira paz.

O Brasil e os Estados Unidos compreendem que, na «Rodada Uruguai» do GATT, estamos diante de decisões históricas. Ali podemos mudar os rumos do sistema econômico internacional e iniciar uma era em que a liberdade de intercâmbio seja o pilar do crescimento sadio das nações. O Brasil está aberto ao

mundo e faz agora notável esforço de liberalização comercial para alcançar uma inserção mais competitiva na economia global. Filosoficamente unidos na defesa do livre comércio, Brasil e Estados Unidos trabalham juntos para remover os impedimentos maiores ao bom êxito das negociações que hão de ter resultados equilibrados e de significar a vitória definitiva sobre o protecionismo.

«As dificuldades econômicas
não impediram que o Brasil
assumisse uma posição
de vanguarda na defesa
internacional do meio ambiente.»

As dificuldades econômicas que enfrentamos não impediram que, apesar dos sacrifícios necessários, o Brasil assumisse uma posição de vanguarda na defesa internacional do meio ambiente. Deixamos a posição de alvo prioritário das críticas da opinião pública mundial para nos transformar em líderes da cruzada pela conciliação do desenvolvimento econômico com o respeito à natureza, inclusive porque uma das causas fundamentais da destruição da natureza é o subdesenvolvimento. O Brasil não vai repetir os erros cometidos nos países que se industrializaram antes de nós. O Brasil continuará a lançar um grito de alerta para a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento internacional, um modelo onde haja menos desperdício e mais sentido de harmonia com o meio ambiente, um modelo onde todos tenham acesso às chamadas tecnologias limpas.

Estou convidando todos os Chefes de Estado e de Governo a comparecerem à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil sediará em 1992. Renovo, agora, o convite para que Vossa Excelência nos honre com a sua presença nessa ocasião.

A natureza não é apenas a paisagem em que vivemos, é a própria essência de nossa vida. Está em jogo nada menos do que o futuro do homem na face da Terra.

Senhor Presidente,

O caminho do diálogo nas relações externas é consequência da democracia que praticamos internamente, é a trajetória que nunca abandonaremos, mas que agora vamos dinamizar e consolidar.

É por esse caminho, o caminho que trouxe Vossa Excelência a Brasília, que convido os presentes a erguer comigo um brinde pela saúde e felicidade do Presidente George Bush, pela prosperidade do povo norte-americano e pelo progresso das relações entre Brasil e Estados Unidos.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante jantar oferecido ao
Presidente dos Estados Unidos da América,
George Bush, em Brasília, DF,
no dia 3 de dezembro de 1990.*

Entrevista à Emissora Norte-Americana CNN

Jornalista: O Presidente Bush visita a América Latina num momento em que o continente vê o alargamento da democracia. Mas, hoje mesmo, surgem esses inquietantes acontecimentos na Argentina, descritos como um levante militar. Isso preocupa o senhor?

Presidente: Absolutamente, isso não me preocupa. O Presidente Menem tem a situação totalmente sob controle. O Presidente argentino teve a gentileza de me telefonar hoje de manhã dando conta do que ocorria em seu país; disse que se tratava de um movimento minoritário, de uma ínfima facção das Forças Armadas argentinas e que ele rapidamente retomaria o controle da situação. Eu tenho certeza de que ele conseguirá.

A democracia chegou na América do Sul para ficar. Ainda estamos cultivando-a, com cuidado, como uma planta tenra. Temos, ainda, que demonstrar que a democracia, que esse processo de afirmação das liberdades democráticas, tem condições de resolver as questões sociais mais graves por que passam as nossas populações, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina.

Jornalista: O senhor teme que uma situação similar possa dar-se no Brasil?

Presidente: Não, absolutamente não.

Jornalista: O Presidente Bush manifestou algum tipo de preocupação com a situação da Argentina durante o encontro de hoje?

Presidente: O Presidente Bush disse que não tomaria nenhuma atitude, que não alteraria sua viagem à Argentina por conta desse evento e que teria muito prazer em rever o Presidente Carlos Menem.

Iniciativa para as Américas

Jornalista: Sobre a «Iniciativa para as Américas», que o Presidente Bush espera venha a transformar o hemisfério, qual é sua visão? O senhor vê benefícios práticos de curto prazo?

Presidente: O gesto do Presidente Bush foi muito bem recebido no Brasil e nos demais países da América Latina. O que precisamos, agora, é tornar operacional o que até agora é uma manifestação de intenções. Com vistas a isso, já estiveram reunidos os chanceleres do Cone Sul, procurando estabelecer uma pauta comum que, quando definida, será levada ao Governo norte-americano. Ou seja, nós diremos como essa iniciativa poderá trazer benefícios para nossos países. Vai depender muito da maneira como o Governo dos Estados Unidos implementará a iniciativa, em termos de prazo e em termos de eficiência. As questões são várias: dívida, novos investimentos, comércio. Esperamos, então, que o mesmo sentido positivo dado pelo Presidente Bush na fase inicial da idéia seja também dado na fase da execução, das conseqüências práticas.

Dívida Externa

Jornalista: O Brasil se defronta com problemas como os da dívida e do protecionismo. O senhor acha que, como resultado

de sua conversa com o Presidente Bush, progressos significativos serão feitos nesses dois temas da agenda bilateral?

Presidente: A posição do Presidente Bush sobre a questão da dívida mostra-se muito próxima à que tem o Brasil. Pude ler, com satisfação, a entrevista que o Presidente Bush concedeu ao jornal *O Estado de São Paulo* e que foi publicada ontem. Nessa entrevista, o Presidente Bush dizia que a questão deveria passar por uma solução de longo prazo, que é o que defendemos. O Brasil não quer assinar mais um acordo da dívida, o Brasil quer assinar o acordo da dívida, o acordo que possa dar às nossas relações com os credores internacionais a necessária estabilidade para prosseguirmos com a inserção competitiva do Brasil na economia internacional — o que passa, necessária e obrigatoriamente, por um bom entendimento com nossos credores internacionais.

Encontro Bilateral

Jornalista: Em poucas palavras, como o senhor definiria a reunião de hoje com o Presidente dos Estados Unidos?

Presidente: Eu a qualificaria como excepcional, pela coincidência de pontos de vista: a questão da dívida, a questão da ecologia, a posição dos dois países no GATT. Na «Rodada Uruguai» de negociações, os dois países enfrentam problemas comuns de acesso a mercados. Há, também, a questão do acesso às novas formas de conhecimento. Foi ressaltada a posição do Brasil no que diz respeito à utilização da energia nuclear para fins eminentemente pacíficos, o que o Presidente Bush assinalou como um ponto extremamente importante para a imagem internacional do Brasil. Por tudo isso, qualifico de excepcional o encontro que tivemos hoje de manhã, esperando que nossos *staffs* dêem conseqüências práticas ao que conversamos, quando se reunirem hoje à tarde.

Programa Econômico

Jornalista: Seu programa econômico está afetando muito a população brasileira. O senhor pensa em alterá-lo?

Presidente: A respeito disso, é importante notar que as pesquisas de opinião pública dão um importante apoio ao Governo, sobretudo depois das duras reformas que tivemos de promover na economia brasileira. Não que me preocupe com a questão da popularidade, não é isso, eu me preocupo é com a questão da credibilidade. A popularidade pode ser flutuante, vai e volta; a credibilidade, não. O Governo, hoje, apesar de não ter os mesmos índices de popularidade que apresentava quando da minha posse, ainda os tem em nível muito elevado. O Governo tem, também, uma credibilidade extraordinária junto à sociedade. Sabem todos que no Brasil, hoje, há governo, há um programa de governo e há um Presidente da República com enorme fé e enorme entusiasmo pelo Brasil.

Inflação

Jornalista: Houve uma retomada da inflação nos últimos meses. Ela deve alcançar 16% no mês de novembro e há expectativas que alcance os 20% no mês de dezembro. É possível recuperar o controle sobre a inflação?

Presidente: Os próprios agentes econômicos, que estimavam uma inflação de 20% em dezembro, já encontram razões para crer que ela poderá ficar num nível um pouco inferior, em torno talvez dos 17%. Infelizmente o processo inflacionário foi ativado pela crise no Golfo, que para nós significou, somente este ano, um dispêndio adicional de 5 bilhões de dólares na importação de petróleo. Esse é um número expressivo para uma econo-

mia fragilizada por anos de desacerto, como a economia brasileira. O importante é que, apesar desse aumento nos gastos, os instrumentos da nossa política econômica estão se mostrando absolutamente eficazes, de modo a impedir a reedição de um processo hiperinflacionário no Brasil. É bom lembrar que passamos de uma inflação de 90% ao mês, em março, para os 16% em que ela se encontra hoje. Foi um esforço muito grande da sociedade brasileira e, se não tivesse havido essas desagradáveis ocorrências no Golfo, a situação estaria muito melhor.

Golfo Pérsico

Jornalista: Caso a última resolução da ONU não tenha êxito, e a utilização da força venha a ser o último recurso para resolver a questão no Golfo Pérsico, qual será a posição do Brasil?

Presidente: O Brasil é um país amante da paz. Há 150 anos que o Brasil não tem nenhum tipo de conflito, nenhuma guerra. O Brasil tem uma tradição longa na defesa da solução de conflitos pela via pacífica, pela negociação, pelo entendimento. Temos esperanças de que a solução da crise no Golfo se dê pela via pacífica. O episódio no Iraque nos causa muita intranquilidade, porque foram quebradas regras internacionais sem as quais o mundo não pode pretender viver em paz e de maneira estável. A quebra dessas regras internacionais nos traz muita preocupação. Por isso, o Brasil, desde o primeiro momento, manifestou absoluto apoio às decisões emanadas das Nações Unidas.

Meio Ambiente

Jornalista: O senhor conversou com o Presidente Bush sobre a questão do meio ambiente? Há avanços na matéria?

Presidente: O Brasil, hoje, está na vanguarda da luta pela defesa do meio ambiente. Meu governo tem tomado posições muito firmes, absolutamente claras e transparentes, na matéria e deseja uma discussão ampla, sem acusações recíprocas, em torno da questão ambiental. Em 1992, o Brasil sediará a II Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, patrocinada pela ONU. Pretendemos que o mundo dê passos largos na reflexão sobre o que queremos para o futuro do nosso planeta.

De nossa parte, os primeiros resultados já são muito alvissareiros. Nos primeiros nove meses do nosso governo conseguimos reduzir as queimadas da Amazônia em 65%, por um motivo muito simples. Havia uma lei no Brasil que emprestava dinheiro subsidiado aos fazendeiros da Amazônia para cortar árvores e fazer pastagens para o gado. Ou seja, o próprio Governo brasileiro incentivava a devastação da Floresta Amazônica com esses recursos subsidiados. A primeira medida que tomamos, naturalmente, foi a de acabar com essa lei. Paralelamente, foi desenvolvida uma fiscalização muito severa e colocado com muita clareza que o nosso governo não admitiria, em hipótese alguma, que novas devastações fossem feitas. Ao lado disso, já assinamos convênios para reflorestar áreas devastadas da Amazônia, porque nossa preocupação não é somente a de evitar a destruição, mas também a de recuperar áreas já devastadas.

Como já disse, em 1992 estaremos discutindo abertamente a questão, no Rio de Janeiro. Devemos aproveitar a ocasião para fazer, também, uma profunda reflexão sobre o modelo de desenvolvimento das sociedades avançadas. A utilização indiscriminada dos recursos naturais, visando à produção sempre crescente, ao consumo sempre maior, talvez não seja compatível com esse desejo universal de preservar o nosso planeta.

*Entrevista concedida à
emissora norte-americana CNN por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Brasília, DF,
no dia 3 de dezembro de 1990.*

Inauguração do Parque dos Cajueiros Governador Valadares, em Aracaju (Sergipe)

Estou voltando a este Estado e à nossa região nordestina, pois foi aqui, do outro lado do rio São Francisco, foi nesta região que nasceu a minha candidatura a Presidente da República. Uma candidatura que obteve o consentimento nacional, fruto de mensagem que procurei levar a todos os recantos deste País. A mensagem do nosso sofrimento, das nossas necessidades, dos nossos sonhos, da nossa sede de justiça, da nossa vontade de participar do crescimento nacional. Esta foi a mensagem entendida por todos os brasileiros que me fizeram chegar junto com vocês à vitória e à Presidência da República de nosso País.

Eu devo muito a Sergipe. Não bastasse a manifestação maciça de confiança demonstrada por vocês, com a mensagem das urnas, Sergipe — mais do que isso — me ofereceu para trabalhar ao meu lado companheiros de uma estirpe das melhores do Nordeste e do nosso País. Companheiros, por exemplo, como o Governador do Amapá, Gilton Garcia, que lá no Norte está marcando a presença do nordestino e do sergipano fazendo uma administração modelo para todos os governadores do Brasil. Não é à-toa que Gilton Garcia tem hoje o melhor coeficiente de aprovação do Brasil.

Não preciso dizer do meu agradecimento ao Sr. Albano Franco, que primeiro levantou a bandeira, aqui em Sergipe, da nossa candidatura. Agradecer ao Governador Antônio Carlos Valadares e ao futuro Governador João Alves, que juntamente com os Srs. Lourival Baptista, Francisco Rollemberg e os deputados hão de conceder o apoio indispensável e a sustentação parlamentar no Congresso Nacional, ajudando-nos a implementar as medidas que todos acordamos as melhores para serem adotadas pelo Governo e implementadas junto à sociedade brasileira.

«A classe política de Sergipe soube
dar um exemplo de espírito público
e de renúncia.»

A minha presença hoje em Aracaju não se prende somente à vontade de estar ao lado do Governador Valadares na inauguração de uma obra que tem vários significados. Primeiro, atende à comunidade como um todo, porque aqui existe uma área de lazer que está à disposição de cada um de vocês. Segundo, porque esta obra está intimamente vinculada à prática desportiva, ao exercício físico, que é fundamental para a construção de uma boa mentalidade junto às crianças e à adolescência. Em terceiro lugar, porque esta obra soube preservar o nosso meio ambiente, os nossos manguezais, o nosso verde, que é um sinal do respeito que todos nós devemos à nossa Mãe Natureza.

Muito mais do que isso, eu vim aqui, a Aracaju, para render minha homenagem à classe política de Sergipe, que soube, como ninguém, dar um exemplo de espírito público e de renúncia, fazendo aqui a maior composição de forças, que permitiu fossem eleitos o governador, o senador e os oito deputados federais, que são hoje os companheiros que vão nos ajudar a construir o Brasil novo!

Além de reverenciar esta demonstração de espírito público, vim também, mais uma vez, para desfazer qualquer tipo de conversa fiada, para acabar com esse fuxico. Porque tem fuxiquei-

ro por este mundo! Gente que vive dizendo que o Presidente vai esquecer Sergipe, que o Presidente vai parar as obras do porto, que o Presidente não vai mais construir a adutora. Minha gente, eu só estou aqui para construir, eu só estou aqui para ajudar, e Sergipe está dentro das minhas propostas. Quero, pois, pedir aos fuxiqueiros que nos deixem trabalhar em paz.

O porto continuará a ter as obras tocadas. A duplicação da adutora, com as águas do São Francisco chegando a Aracaju, também já está mais do que garantida. E vamos inaugurar estas obras no Governo João Alves. A consolidação do pólo já é um compromisso antigo meu, do qual não me esqueço. Não tenho miolo mole. Eu me lembro que, um ano atrás, num belo comício que fizemos aqui, assumi solenemente este compromisso com todos os sergipanos. Ou seja, a consolidação de seu pólo, aqui.

Nós somos da mesma região. Temos o mesmo sotaque. Sou do outro lado do rio São Francisco, o São Francisco que nos divide, mas que nos junta, nos integra. Vocês sabem da minha preocupação por esta região. Sabem dos esforços que estamos mantendo para termos a construção deste grande Brasil novo, com uma sociedade mais fraterna, socialmente mais justa. O objetivo fundamental do meu governo é reverter todo este processo de reformas em benefício do pé-descalço, do descamisado, daqueles que mais necessitam, para terem uma vida condigna e condições mais humanas.

«Quem paga o preço da inflação
é o catador de sururu,
é o vendedor de caranguejo.»

Mas nós não poderíamos construir um Brasil novo, para atender a todos aqueles que necessitam de nosso apoio, desde o Rio Grande do Sul até o Amapá; nós não poderíamos fazer esta grande obra se não combatêssemos o inimigo número um, que é a inflação. A inflação é a pior praga que existe numa sociedade que se quer organizada. Porque quem paga a inflação não são

os capitalistas, não são aqueles que têm muito dinheiro. Com a inflação alta, eles ainda arranjam um jeito de ganhar mais dinheiro, porque jogam na especulação. Quem paga o preço da inflação é o catador de sururu, lá da lagoa de Maceió, é o vendedor de caranguejo aqui da capital.

Todos nós sabemos que, para podermos plantar a nossa roça, havemos de primeiro capinar, limpar o terreno. Depois, ter uma boa semente. Naturalmente temos que ter a nossa água. E teremos que cuidar para que a semente ali jogada não morra e floresça na hora certa.

É isto que estamos fazendo. Para construir este Brasil novo, nós estamos hoje limpando, estamos querendo lançar as bases num terreno limpo, num terreno firme, num terreno que não seja movediço. Isso significa dizer que o Brasil tem que ter uma nova economia, tem que ser um país onde esteja debelada esta praga da inflação.

«Se atalho fosse bom não existiria
o caminho.»

Muita gente se esforça num combate diário contra este grande mal. Mas há gente que não quer este esforço e fica dizendo: «Presidente, por que não faz mais isso, por que não faz mais aquilo?» Outros querem que eu pegue um atalho. Mas aprendi desde cedo com meu pai, Arnon de Mello, nas andanças que eu tinha com ele, no interior lá das Alagoas, em campanhas políticas, quando eu lhe dizia: «Meu pai, vamos por aqui. A gente chega mais rápido, porque aqui é um atalho». Ele respondia: «Meu filho, se atalho fosse bom não existiria o caminho.» Temos que tomar cuidado, porque muitas vezes o atalho parece mais fácil, mas na realidade complica mais adiante. Vamos pelo caminho que a gente conhece, vamos pelo caminho que a gente sabe que é o certo. Pode demorar um pouco mais, pode ser um pouco mais difícil. Mas é mais seguro, é mais consistente, e a gente sabe que, mais adiante, vai encontrar a saída para os pro-

blemas que hoje vivemos. Esta é, pelo menos, a tarefa que estamos realizando. Esta é a fé no trabalho que estamos realizando, esta é a fé que eu tenho, minha gente, sobretudo em Deus, que, lá de cima, não nos abandona, não nos deixa, e em todos os momentos estende suas bênçãos para o nosso povo e para a nossa administração.

Ao finalizar as minhas palavras, gostaria de, mais uma vez, agradecer a todos vocês por esta demonstração tão generosa, tão carinhosa, dos que vieram aqui para ver o Presidente da República. Particularmente àqueles que nos acompanharam de bicicleta neste trajeto, na inauguração desta obra. Quero agradecer a Sergipe e a seus representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, pelo apoio que vêm dando. E não é aquele apoio, como eu digo, de estar sempre de acordo com tudo, não. Eu gosto da bancada de Sergipe, do Governador Valadares, dos senadores, do Governador João Alves, porque eles também sabem berrar na hora certa. Eles chegam de vez em quando lá no meu gabinete: «Presidente, olha, isso aqui precisamos resolver desta maneira, não pode...». Então, eu quero ressaltar que é um apoio, mas com independência.

Povo de Sergipe, este apoio da bancada federal, dos senadores e dos governadores eu necessito porque é o apoio que nos acende uma vela num caminho, onde está um pouco escuro. Por isso quero agradecer a vocês, agradecer a toda a sociedade de Aracaju, agradecer a todo o povo de Sergipe, das barragens do rio São Francisco até os seus limites, pela atenção, pela gentileza que faz de vocês amigos do Presidente, que é daqui, com raízes aqui, e que para o Nordeste e para Sergipe estará voltando todas as suas preocupações, todo o seu amor e todo o seu carinho.

Obrigado, minha gente!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na inauguração do Parque dos Cajueiros
Governador Valadares, em Aracaju, Sergipe,
no dia 8 de dezembro de 1990.*

Apresentação dos Oficiais-Generais Recém-Promovidos

É com especial satisfação que cumprimento hoje os oficiais-generais recém-promovidos. Este é um ato que se repete periodicamente e sempre com alto significado. Aqui estamos para assinalar momento de grande importância para a vida de brasileiros que se dedicam ao serviço da Pátria, e para o processo natural e indispensável de renovação dos comandos nas Forças Armadas.

Quero aproveitar esta ocasião para dividir com os senhores uma preocupação que é minha, dos brasileiros, e de todo o mundo.

Ao longo dos últimos meses, o desejo de paz vem conseguindo adiar a eclosão de um conflito de proporções imprevisíveis no Golfo Pérsico. Embora firmemente disposta a condenar e banir a agressão bélica, a comunidade internacional resiste à possibilidade de pôr em risco o horizonte de bom entendimento que se delineou com o fim da guerra fria. Esse é um sentimento que o Brasil compartilha integralmente. Como disse na semana passada, quando da visita do Presidente George Bush, defendemos o cumprimento dos princípios básicos da Carta das Nações Unidas e das decisões específicas do Conselho de Segurança. Esperamos, porém, que todas as vias de solução pacífica sejam tentadas para evitar uma conflagração armada.

A situação no Golfo exige lucidez e prudência de todas as lideranças mundiais. Está em jogo a perda de vidas humanas; estão em jogo sérios prejuízos econômicos para a maioria dos países, entre eles o Brasil; está em jogo a própria estabilidade da ordem internacional.

Tem-se afirmado que o episódio do Golfo representa um teste para o modo de convivência entre as nações que emergiu com o fim do confronto Leste-Oeste. O mundo tem diante de si a obrigação de buscar a melhor solução possível, com o objetivo de que sejam resguardadas a paz e a integridade das leis internacionais.

Senhores Oficiais-Generais,

O peso e a complexidade das decisões envolvidas na crise a que hoje assistimos servem para ilustrar a dimensão das responsabilidades que cabem aos governantes e, por delegação destes, aos comandantes militares. Num momento em que as sociedades valorizam cada vez mais a manutenção da paz, a resolução de recorrer à força torna-se mais grave e mais difícil.

A promoção de cada um dos senhores nas carreiras que escolheram é o resultado do reconhecimento pelos serviços prestados, pelas missões cumpridas, pela integridade e patriotismo com que trabalham pelo Brasil.

Mas a decisão de promovê-los a postos da mais alta hierarquia deve-se também à convicção de que os senhores têm perfeita consciência da importância das funções que irão desempenhar; deve-se ainda à minha certeza de que, nesta etapa culminante de suas carreiras, saberão observar e inspirar as regras da hierarquia e da disciplina que são o fundamento essencial da organização militar e melhor tradição das Forças Armadas brasileiras.

Desde que assumi a Presidência da República, tenho visitado unidades das três Forças em diversos pontos do território nacional. Pude testemunhar pessoalmente a devoção com que os nossos soldados servem ao Brasil, com agudo espírito de patriotismo e nítido sentido de profissionalismo. Conheci homens que estão longe de suas famílias, de seus lares, muitas vezes vivendo em situações de isolamento, mas que se sentem realizados por-

que estão trabalhando para garantir a soberania e a segurança do País.

O Brasil vive período de sua história em que mais do que nunca estão reunidos a percepção clara da magnitude de nossos problemas e o entendimento de que para resolvê-los é necessário mobilizar a Nação em torno do propósito comum de alcançarmos o progresso, com liberdade e justiça social. As Forças Armadas têm um relevante papel a realizar.

Desejo-lhes felicidade e êxito nessa luta de todos os brasileiros pela conquista de um país melhor e de um mundo de paz e prosperidade.

Deus haverá de nos ajudar.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na apresentação dos oficiais-generais
recém-promovidos, em Brasília, DF,
no dia 10 de dezembro de 1990.*

Cerimônia de Posse do Conselho Nacional de Agricultura

É com satisfação que presido a cerimônia de posse da diretoria do Conselho Nacional de Agricultura. A renovação de lideranças numa instituição da importância do CNA ocorre num momento em que o País busca transformar-se para ingressar definitivamente na modernidade.

O Brasil é um país de clara vocação agropecuária. Já se vai o tempo em que alguns segmentos de nossa sociedade, sobretudo nas grandes cidades, procuraram pôr em dúvida essa vocação, como se ela impedisse a plena realização do Brasil em outros campos, especialmente na indústria. Ao contrário, a consolidação do setor industrial brasileiro depende do fortalecimento da agricultura. Ambos os setores devem coexistir em perfeita sintonia, ajudando a integrar campo e cidade.

As dimensões do território nacional, a diversidade dos climas, quase todos favoráveis ao cultivo ou à criação, e o potencial de nossas terras constituem uma dádiva que deve ser, está sendo e será ainda mais aproveitada. Devemos, pois, buscar o fortalecimento da agricultura, essencial à criação de riquezas e à erradicação da fome e da miséria.

A receita é uma só: muito trabalho, com dedicação e inteligência. O desafio central que temos pela frente exige que mobilizemos o melhor de nossas capacidades — temos de livrar o

Brasil, de uma vez por todas, do atraso e da pobreza em que vivem milhões de brasileiros. O desenvolvimento da agricultura é fundamental para fixar o homem no campo, como forma de combater o dramático inchaço de nossas cidades, que só traz o desequilíbrio social e a violência.

«A seguida intervenção estatal
descapitalizou o campo e provocou
o mais formidável processo de êxodo
de que se tem
notícia neste século.»

Esses desafios, entretanto, não vêm sendo vencidos senão com muita luta. Nas três últimas décadas a propalada prioridade à agricultura acabou transformando-se mais em instrumento de intervenção sobre o mercado do que propriamente em mecanismo de efetivo fomento à produção.

A seguida intervenção estatal descapitalizou o campo e provocou o mais formidável processo de êxodo de que se tem notícia neste século, com efeitos perversos sobre a vida social do País. As prioridades retóricas que eram dadas à agricultura visavam, em última instância, compensar a baixa remuneração do produtor rural.

Esse é o quadro de artificialismo e desequilíbrios sócio-econômicos que meu governo herdou, e que já começou a reverter. Nosso compromisso de recuperar o Estado e a sociedade, para assegurar o perfeito funcionamento das instituições democráticas, leva em conta a necessidade de reestruturação e revitalização da economia, para liberar as forças criadoras da iniciativa privada. Leva em conta, sobretudo, a urgente e inadiável tarefa de derrotar a inflação, uma das causas principais da miséria que tanto aflige a milhões de brasileiros, no campo e na cidade.

A inflação é um mal maior na agricultura. Ao estimular a especulação financeira, a inflação desvia recursos do campo, imprescindíveis para o estímulo da produção rural. Além disso,

a inflação inviabiliza o planejamento de médio e longo prazos, sem o qual o agricultor não pode viver. Da sementeira à colheita, o homem do campo passou a viver num estado permanente de angústia, sem saber se o preço pago pelo fruto de seu trabalho remuneraria condignamente os seus esforços. A confiança do setor agropecuário estava abalada.

O Presidente John Kennedy afirmava que exemplos esporádicos de coragem em questões isoladas e sem importância não têm grande significado. Para ser importante — ensinava Kennedy — cumpre que a coragem seja demonstrada em favor de alguma grande causa comum. Foi com essa coragem que decidi libertar o Brasil do peso de uma política que puxava o país para trás, para o passado, quando todos nós, que acreditamos na grandeza da Nação, reclamávamos o direito a um futuro de prosperidade, justiça social e liberdade. Um futuro livre dos efeitos perversos da inflação.

Acredito na causa maior de criar mais liberdade, mais dignidade e bem-estar para todos. Mas não se iludam: não existem soluções mágicas e indolores para os problemas do País. Os que afirmam existirem tais soluções, quando chamados a desempenhar funções de comando, só conseguem produzir ilusões e novas frustrações. Se quisermos erguer uma nação moderna e socialmente justa, teremos que pagar o preço pelos erros do passado. Teremos de eliminar da face do País os vícios do egoísmo, da ganância e do privilégio.

«Meu governo está envidando esforços para a promulgação de uma lei agrícola, que sempre foi o sonho de todos os agricultores.»

Meu pensamento está com aquele cidadão que lá, no interior do Brasil, em sua propriedade, quer produzir mais e melhor e obter preço justo pelos frutos da terra; com aquele agricultor

que sonha dar melhores condições de vida para sua família. Este é o homem que constrói a riqueza deste País. A ele devemos voltar nossos olhos.

Nenhuma prioridade verdadeira à agricultura pode ter êxito se desconsiderarmos a vontade de crescer e vencer desses milhões de lares brasileiros. Para eles ofereço a liberdade de produzir, que havia sido perdida após três décadas de intervenção estatal. Intervenção que contemplava políticas agrícolas mais voltadas para o abastecimento do que para a produção. Políticas que premiavam a ineficiência e a especulação.

Habituação a depender da iniciativa do Governo, o complexo agroindustrial brasileiro perdera a capacidade de planejar e executar suas próprias ações. Nada acontecia sem o beneplácito dos gabinetes de Brasília.

Um setor que gera quase 40% do PNB não poderia ficar atrelado a impulsos que, muitas vezes, privilegiam critérios políticos, em detrimento das leis de mercado. Isso gerou distorções intoleráveis. Não se pode aceitar, por exemplo, que a fixação do preço de uma máquina agrícola ou de um insumo seja função do volume de crédito rural disponível. Qualquer empresário do complexo agropecuário, da fazenda à fábrica, tinha conhecimento dessas distorções que estavam inviabilizando a produção agrícola.

Senhoras e Senhores,

Como disse, o Brasil é um país de natural vocação agropecuária. Não alcançaremos a modernidade e o pleno desenvolvimento se frustrarmos essa vocação. Por essa razão meu governo está envidando esforços para a promulgação de uma lei agrícola, que sempre foi o sonho de todos os agricultores. Por essa razão, também, no meu governo não faltará apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico para a agricultura. Buscaremos, ainda, reduzir a carga tributária sobre a atividade rural para dar mais competitividade a nossos produtos no mercado externo.

Lutar contra o protecionismo e pela liberalização do comércio mundial será sempre outra prioridade. Premiar a produtividade com o preço justo, vencido o flagelo da inflação, é compromisso que assumi perante a Nação.

Fico feliz, portanto, ao ouvir as palavras do presidente do Conselho Nacional de Agricultura no discurso que pronunciou hoje. Suas idéias coincidem em muito com minhas opiniões como mandatário da Nação e casam com os interesses mais prioritários do povo brasileiro.

A renovação de lideranças no CNA deve, pois, conjugar-se com os esforços que o País vem desenvolvendo para a conquista de um futuro melhor. A contribuição da agricultura nessa missão de modernizar o Brasil é decisiva e terá sua justa compensação. Com o empenho desta instituição e a confiança de todos os seus membros, estou seguro de que o País caminhará em direção a seu grande destino.

Que Deus nos ajude.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de posse do Conselho Nacional
de Agricultura, em Brasília, DF,
no dia 10 de dezembro de 1990.*

Cerimônia de Cumprimentos do Corpo Diplomático Acreditado em Brasília

Recebo as palavras de Vossa Excelência Reverendíssima, Dom Carlos Furno, com o espírito também voltado para as perspectivas de paz, prosperidade e entendimento que, juntos, os povos de boa vontade haveremos de transformar em realidade.

A realização humana, por mais imperfeita que possa ser, se comparada à obra divina, talvez nos esteja aproximando de um mundo melhor, mais integrado e solidário.

É verdade que algumas nações irmãs ainda persistem no recurso à força como meio de acerto de suas controvérsias. É verdade também que, entre ricos e pobres, a repartição da riqueza continua a agredir os valores da pessoa humana. E não deixa de ser verdade que a intensificação das correntes de comércio e o acesso a tecnologias de ponta parecem conquistas privilegiadas de um pequeno núcleo de países, em detrimento da maioria das nações.

A presente conjuntura internacional, no entanto, quer convencer-nos de que aquelas circunstâncias adversas não integram as tendências dinâmicas deste momento histórico. Nos dias de hoje, novos impulsos estariam exigindo alterações profundas nas relações entre os dois países, à raiz de mudanças ra-

dicais nas relações entre governantes e governados, o que vale dizer nas relações entre os homens.

A recuperação das liberdades essenciais em países há décadas privados de suas opções políticas não poderia ter ocorrido se, na base do processo de reformas, o ser humano não houvesse resgatado papel hegemônico no concerto social. O esgotamento dos conflitos ideológicos e, no seu rastro, o fim da guerra fria tampouco teriam sido possíveis não houvessem as nações feito vingar o interesse da coletividade sobre o de países ou blocos. A preocupação com o meio ambiente, a defesa consensual dos direitos humanos, o combate tenaz ao narcotráfico e o desarme da energia nuclear não são acidentes de uma época, são patrimônio de uma geração que se obstina em legar para a história uma qualidade melhor de vida, em um planeta mais saudável, com uma gente mais solidária e construtiva.

Somos otimistas e, no Brasil, não poderíamos deixar de sê-lo. Nós, brasileiros, também estamos mais perto do que nunca de uma sociedade próspera e justa. Nosso trabalho haverá de fecundar. A presença de Vossas Excelências revela que temos amigos. As realizações de nosso povo demonstram que temos futuro. E as palavras de Vossa Excelência Reverendíssima indicam que temos a bênção de Deus.

Feliz Natal, e um ano cheio de ventura para todos os senhores acreditados junto ao Governo do Brasil novo.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de cumprimentos do Corpo
Diplomático acreditado em Brasília,
realizada no Palácio do Planalto,
no dia 11 de dezembro de 1990.*

Solenidade de Cumprimentos de Final de Ano aos Membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

Estamos às vésperas do encerramento do ano de 1990. Um ano que marca o início de profundas e abrangentes mudanças e transformações na vida de cada um de nós brasileiros no nosso difícil cotidiano.

O ano de 1990 marca o começo de um processo de amadurecimento democrático, consagrado nas urnas de 1989, que permitiu, pela primeira vez depois de longos anos, se instalasse no País um governo pela vontade livre e soberana do povo brasileiro.

Dizia, nas andanças que fiz por todo este País, sem saber ainda qual seria o desfecho das eleições presidenciais do ano passado, que fosse qual fosse o Presidente da República eleito, ele não poderia, jamais, conseguir governar somente com o seu partido, somente com um grupo de partidos, muito menos sozinho. A governabilidade do período que se iniciou em março, dizia eu ainda naquela oportunidade, passaria, obrigatória e necessariamente, por um grande entendimento da sociedade civil brasileira, da classe política brasileira, em busca de um objetivo maior, em busca de uma meta que se afigurasse como a desejada pelo conjunto da sociedade.

E é exatamente isso que nós estamos experimentando, que estamos vivenciando, e, na prática, oferecendo aos olhos do mundo. Hoje, a cada dia que passa, fica consolidado o processo democrático, tornando-se irreversível. Hoje, a cada instante que vivemos, consolidam-se as nossas instituições, os poderes da República. A prática demonstra que cada um dos poderes, ciósos dos ditames e dos seus compromissos constitucionais, utiliza, na abrangência, suas atribuições em favor de um trabalho comum.

«Repilo insinuações de que a
discordância eventual de pontos
de vista signifique confronto.»

O Congresso Nacional, berço da democracia, espelho da sociedade, vem dando provas inestimáveis desta minha afirmação. O Poder Judiciário, incluindo aí o Ministério Público, vem, como sempre, com a independência, com o espírito público, dando também essas demonstrações. E o Executivo, da mesma maneira, procurando implementar um programa de reformas, um projeto de mudanças, que não mais lhe pertence, porque foi aprovado pela imensa maioria da sociedade brasileira, nas eleições de 1989.

Portanto, eu costumo repelir, com veemência, insinuações que ocorrem, aqui e acolá, de que a discordância eventual de pontos de vista possa significar qualquer tipo de confronto. Esta é uma palavra muito utilizada — e mal utilizada — para definir a exata noção do cumprimento do dever que todos os integrantes dos poderes constituídos da República estão colocando em prática.

Esta é a convivência democrática. A democracia é exatamente isto. E aqueles desacostumados com a prática democrática é que vislumbram, numa eventual discordância, um momento de confronto. Repilo este termo, porque não acho apropriado, sobretudo porque não reflete o ânimo de todos nós que

aqui estamos e que desejamos única e exclusivamente construir uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária.

Devo, portanto, os meus agradecimentos a todos aqueles que direta ou indiretamente participam deste momento e deste processo histórico para o futuro da nossa Nação.

Agradeço àqueles que colaboram e que cooperam com o nosso projeto de reforma, realmente ambicioso, realmente obstinado, porque temos convicção de que não há alternativa que não seja a de colher os frutos deste programa que aí está, e que, não fossem alguns sobressaltos causados por fatores externos, já nos teria permitido colher por antecipação os frutos ainda neste ano de 1990.

Os atalhos são sempre perigosos. Os atalhos são caminhos nem sempre transitados com frequência. Os atalhos sempre nos trazem surpresas, nem sempre agradáveis. Por isso, é melhor utilizar um caminho já conhecido, um caminho mais seguro, um caminho talvez um pouco mais longo que nós sabemos que nos garante resultados concretos e condizentes com as nossas esperanças e com as nossas expectativas.

«Esta é uma equipe movida pelo
ideal de um país digno da população
que nele habita.»

Meus agradecimentos à equipe de governo, aos ministros de Estado e aos secretários, que não me têm faltado com a sua lealdade e dedicação. Costumo dizer que esta é uma equipe movida por um ideal, e não por interesses de qualquer natureza: o ideal de termos, dentro de um período curto, um país digno da população que nele habita, um país digno desse povo bom, desse povo extraordinariamente criativo e trabalhador que é o povo brasileiro.

Meus agradecimentos às Forças Armadas brasileiras, que vêm se portando inexcelsivelmente no cumprimento das suas ta-

refas constitucionais, e no caminho da sua crescente profissionalização.

Meus agradecimentos à sociedade brasileira que, apesar das dificuldades por que passa neste instante, ainda guarda no fundo do seu coração não somente a esperança, mas a confiança de que finalmente o País emergirá desta crise mais fortalecido e, portanto, preparado para os grandes desafios que teremos de enfrentar num momento próximo, de inserção no seio das nações mais desenvolvidas, trazendo prosperidade e justiça social.

O fim do ano faz com que cada um de nós se reencontre um pouco com si próprio, com os seus familiares, com os mais chegados. É um momento de recolhimento, é um instante de reflexão, um instante de avaliação do que foi feito, do que ficou por fazer. Mas é um momento em que nós também devemos dar graças a Deus, elevar as nossas orações para que Ele continue a nos ajudar, não nos deixando esmorecer nessa tarefa árdua, mas gratificante, para que continue iluminando os caminhos desta grande Nação e deste grande povo. E que possa fortalecer, no nosso íntimo, a busca deste objetivo, que é fundamental, que é basilar para a construção do Brasil novo, para o qual, todos nós, de uma forma ou de outra estamos concorrendo.

Que Deus ilumine a todos os senhores e senhoras aqui presentes. Que nessas festas de Natal a alegria e o otimismo estejam presentes em cada um dos lares. Que Jesus continue a nos ajudar nesta tarefa, e que nos ajude, sobretudo, a diminuir o sofrimento, com a sua palavra de fé e de esperança, por que passam milhões e milhões de brasileiros.

A todas as senhoras e senhores, que hoje nos dão o privilégio e a honra de vir ao Palácio do Planalto, casa do povo, como casa do povo é o Congresso Nacional, o meu muito obrigado, e os desejos de um 1991, não diria cinzento, não diria também colorido, mas um 1991 suportável, e que marque a consolidação de todo esse projeto de reformas. Que esse projeto emergido das urnas, com a aprovação da imensa maioria do eleitorado brasileiro, possa nos gratificar a todos aqui presentes, com os resultados positivos que, sem dúvida nenhuma, irá trazer.

Obrigado ao Ministro Jarbas Passarinho, titular da Pasta da Justiça, que com breves palavras expressou o seu sentimento

pessoal e também o do Ministério e daqueles que aqui estão presentes.

Obrigado à população brasileira. Obrigado à Igreja, aqui representada pelo Senhor Arcebispo, e obrigado a Deus, por ter me dado a oportunidade de governar este grande País e este grande povo.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade de cumprimentos de final de ano
aos membros dos Poderes Executivo, Legislativo
e Judiciário, no Palácio do Planalto,
no dia 12 de dezembro de 1990.*

Entrevista ao Jornalista Francisco Xavier Andres Gonzales, do Jornal ABC, de Madrid

Jornalista: O senhor é um Presidente jovem, um dos mais jovens do mundo. Em pouco tempo de governo, o senhor já enfrentou o melhor e o pior. O seu otimismo inicial no combate a inflação não diminuiu?

Presidente: Eu sou, por natureza, uma pessoa extremamente otimista porque a nossa geração tem direito a um mundo melhor. A nossa geração foi muito penalizada nos anos recentes, por exemplos não muito corretos, dados por uma geração acima da nossa. Portanto, a nossa geração quer ter o direito de sonhar, e, mais do que isso, de concretizar os seus sonhos. Por isso, ela é necessariamente otimista.

Em relação ao Governo, nós implementamos um programa de ajuste econômico sem precedentes na América do Sul e na América Latina, e um dos mais rigorosos planos de ajuste do mundo, como única saída para a crise que o País vivenciava há mais de uma década.

Naturalmente, este é um programa que exige o sacrifício do conjunto da sociedade. E ela até se dispõe a isso, naturalmente

desejando que este sacrifício que está fazendo se traduza em resultados concretos no seu dia-a-dia. Esses resultados não chegam do dia para a noite. Eles demoram um pouco a acontecer, até devido à gravidade dos problemas estruturais do Brasil.

Por outro lado tivemos, no decorrer da implementação do programa econômico, alguns sobressaltos, que não imaginávamos que viessem a ocorrer, como a crise no Golfo Pérsico, que obrigou o Brasil a mais do que duplicar os seus gastos com a compra de petróleo; as perspectivas pouco animadoras da «Rodada Uruguai» do GATT; a renegociação da dívida externa ainda não ter sido concluída. Todos esses fatores serviram para que os resultados do programa econômico não fossem colhidos mais cedo do que o inicialmente previsto.

Pela primeira vez, também, seguramente nessa última década, o Governo Federal não se envolveu em disputas eleitorais. O Governo ficou absolutamente distante do processo eleitoral, porque entendia como uma interferência indevida de sua parte num processo democrático.

Naturalmente, alguns setores da imprensa sempre procuram dizer: «Não, há uma simpatia, porque o Presidente recebeu fulano...» A pessoa solicitou audiência, veio pelos canais normais, eu não tenho por que deixar de receber. Eu sou Presidente não de um partido, não de uma coligação, sou Presidente de toda a Nação brasileira. E eu tenho que saber separar muito bem as eventuais preferências do cidadão da postura de um Chefe de Estado.

Então, eu diria que o programa prossegue na sua trilha. Não há nenhuma possibilidade de mudança, até porque este programa econômico não nasceu da vontade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, mas nasceu aprovado nas urnas, sobretudo no segundo turno. As propostas eram inteiramente diferentes, eram antípodas. Um candidato pregava a estatização, o fortalecimento do Estado, o calote da dívida externa, o rompimento com as multinacionais, a reforma agrária feita por invasão de terras. E o outro candidato pregava que o Estado tinha que encolher para que a economia voltasse a crescer, pregava um elogio à iniciativa privada, num momento em que ela realmente desenvolvesse a sua atividade sem os favores do Esta-

do, pregava um processo de renegociação da dívida externa que deixasse possibilidade ao País de voltar a crescer.

No momento em que ficou muito nítido que eram propostas diferentes, e foi aprovada uma proposta, ela só pertence à sociedade. Cabe-nos levá-la adiante, para que possamos, a partir do segundo semestre de 1991 ou primeiro semestre de 1992, começar a tratar do crescimento interno efetivo.

Exercício da Presidência

Jornalista: O otimismo inicial, a arrogância com que se manifestava em relação à queda da inflação no começo do Governo...

Presidente: Realmente conseguimos muito, porque passar de uma inflação de cerca de 90% a 16% é uma tarefa extraordinária. Uma outra tarefa extraordinária é que tínhamos um déficit previsto para 1990 de 9% do PIB, e vamos apresentar um superávit de 0,5% do PIB. Isto é um ajuste de cerca de 50 bilhões de dólares em nove meses. Você não vai encontrar no mundo exemplos sequer parecidos com este.

O pessoal gosta muito de encontrar nas minhas atitudes arrogância, autoritarismo. E não existe nada disso. O que há nas minhas atitudes é uma absoluta crença no que eu estou fazendo. Acredito mais naquilo que estou fazendo do que os meus adversários nas suas críticas. Eles não acreditam nas críticas que me fazem da maneira como eu acredito naquilo que estou fazendo. Tenho a consciência nítida daquilo que temos feito. Não tenho nenhuma dúvida. É por isso que, outro dia, uns jornalistas, almoçando aqui, diziam assim: «Os presidentes aqui no Brasil sempre reclamaram muito do exercício da Presidência. Uns diziam que estavam na Presidência, mas não pediram para ser presidente, e que, portanto, estavam fazendo um favor. Outros disseram que a Presidência caiu no colo deles e que era uma chateação, era uma coisa muito aborrecida. Outro ficava doente, não dormia direito. Como é que o senhor se relaciona? O Senhor se sente bem na Presidência?» Eu falei: Sinto-me muito

bem. Gosto do que estou fazendo. O sábado e o domingo, para mim, são intermináveis, porque fico querendo voltar para cá, para trabalhar. Estou entusiasmado com o que estou fazendo. Durmo muito bem. Não tenho nenhum tipo de problema, de saúde, nada. Isso se dá porque tenho a convicção íntima de que estamos construindo algo novo para esse País.

Então, talvez pelo voluntarismo, pela vontade de fazer, pela vontade de avançar, de criar coisas, eles dizem que é autoritarismo, é isso, é aquilo. Longe de mim. Agora, defendo os meus pontos de vista, isso eu defendo. E, outra coisa, todos aqueles que eventualmente julgam que podem fazer pressão sobre o Governo, para o Governo ceder, todos eles sabem que não adianta. Fazer pressão sobre esse governo, para ele mudar a estrutura da sua administração, isso não acontece.

Eu vou até o último dia do meu mandato. Ou a gente conserta o Brasil agora, e, sobretudo, muda a cultura e certos hábitos de fazer política, ou então pouca coisa a gente avançará. Quando eu digo isso as pessoas acham até uma certa graça, mas é a verdade: eu não tenho nenhuma vocação política. Aí o pessoal diz assim: «Como não tem vocação política, sendo de família de político e Presidente de República?» Eu digo: «Não tenho. Posso ter o destino político, mas a vocação não». A minha vocação é outra. A minha vocação é de administrador, de realizar, de organizar, de fazer. Agora, o meu destino político é que me trouxe até aqui, porque entendo a política como uma atividade humana das mais nobres. Não generalizo, mas infelizmente, na prática, alguns fazem questão de transformar o fazer política numa profissão vil, menor, subalterna, de atendimento a interesses pessoais, incapazes de ver o espírito público, de conjugar a possibilidade de construir uma sociedade melhor. E é aí que a coisa fica complicada.

Estilo Pessoal

Jornalista: O Senhor está falando do seu estilo político, o estilo humano, o estilo Collor. Mas a sua personalidade esportiva tem sido motivo de críticas.

Presidente: Não, não. Eu sempre fiz esses esportes. Sempre fui uma pessoa muito voltada para os esportes. Então, acho estranho quando faço alguma coisa e os jornais dizem: «O Collor andou de ultraleve, andou disso, andou daquilo». Isso para mim é uma coisa normal.

Há uma elite no País que quer exigir do Presidente da República o comportamento que eles acham que deve ter. Mas eles podem exigir esse tipo de comportamento para um presidente, talvez, de 60 anos, ou de mais idade. Eu tenho 41 anos. Não vou deixar de praticar os meus esportes, não vou deixar de andar de carro ou de moto. Eu gosto disso. Gosto de carro, velocidade, de avião, de submarino. Eu gosto de ver essa *high technology*.

Da mesma forma não suporto mediocridade. Tenho horror à mediocridade, horror à coisa malfeita, à coisa arranjada. O que eu posso fazer? Dizem que o Presidente se isola. Eu me isolo da mediocridade, porque não suporto conversar com pessoas que, apenas por terem um título ou um mandato, vêm aqui conversar sobre o emprego da tia, da cunhada, da irmã. Isso me exaspera. Quero conversar sobre coisas interessantes, sobre coisas do País. Tragam-me idéias: «Olha, Presidente, eu tenho uma idéia assim, quem sabe, um programa nessa área... » Pronto. Isso, sim, é uma conversa mutuamente vantajosa. Agora, para tratar dessas questões miúdas, isso não dá.

A preocupação em relação aos meus esportes começa, pela minha mãe, que fez um artigo publicado pela revista *Veja*, pedindo para que as mães brasileiras escrevessem para que eu não fizesse esportes perigosos. Liguei para a revista *Veja*, pedi o meu direito de resposta, e fiz um artigo mostrando à minha mãe que eu não tinha tantos problemas. Ela realmente tinha horror a negócio de carro e de motocicleta, de velocidade. E nós, os filhos, tanto eu como meus irmãos, sempre gostamos. E tivemos muitos acidentes de automóvel, de motocicletas, e ela sempre se preocupava muito porque quebrávamos o braço, a cabeça, o cotovelo. Sempre foi uma preocupação dela. Eu fiz um artigo dizendo que não se preocupasse com isso, que não traria nenhum risco à minha saúde.

Mas é uma necessidade, porque a carga de trabalho que a gente tem, a carga de preocupações não é brincadeira. Esse é um grande país, é um país extraordinário, e os seus problemas também são proporcionais. Então, se durante a semana eu não puder jogar energia para fora nos esportes, aí fica complicado. É por isso que eu não posso deixar de fazer esportes.

Equipe Econômica

Jornalista: O senhor tem apontado as causas externas pelo relativo fracasso de sua política econômica. Mas o problema não poderia estar no trabalho de sua equipe econômica?

Presidente: De jeito nenhum...

Jornalista: A inflação vai cair?

Presidente: Vai, a inflação vai cair. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. A mesma certeza tenho de que a equipe econômica vem conduzindo perfeitamente o programa de estabilização. Qualquer agente econômico, hoje, no Brasil, vê isso. Qualquer crítico do Governo, hoje, se você perguntar a ele qual a perspectiva da inflação para o primeiro trimestre do ano ele vai dizer. Porque a política monetária, a política fiscal, elas estão muito severas. A nossa base monetária, em dezembro, é a mesma do mês de maio. Não tem como.

E por que ainda está assim? Por essa questão do Golfo, pela resistência de alguns setores econômicos, que apostam na volta da inflação. Mas agora eles estão chegando à conclusão de que não adianta. Não adianta fazer esse tipo de pressão porque eu não vou mudar, não vou mudar. O pessoal diz: «Não é queda-de-braço, o Presidente não pode agir assim». O que eu posso fazer? Não posso fazer nada!

Jornalista: A sua política de abertura exterior, dívida externa, no que difere da do governo anterior?

Presidente: É diametralmente oposta. Nós não queremos nos afastar da comunidade financeira internacional. Queremos nos aproximar, queremos nos inserir, de uma forma competitiva, nesse novo mundo que está surgindo, a partir do fim do bipolarismo ideológico. Desejamos habilitar o País, dentro dessa visão moderna de Estado, para que ele esteja sentado junto com os países do Primeiro Mundo. Esse é o nosso desejo, é isso que estamos buscando. Uns dizem: «Bom, isso é um sonho, é uma utopia». Utopia ou não, sonho ou não, cada um de nós tem que ter um objetivo, e o nosso objetivo tem que ser esse — não somente do Brasil, mas da Argentina, de qualquer país da América do Sul que trabalhe, efetivamente, visando isso.

Vejo com muita preocupação a posição da Comunidade Econômica Européia, na mesa de negociação do GATT. Essa posição extremamente protecionista da Comunidade Econômica Européia não está de acordo com esse novo momento por que passa o mundo.

Aqui, na América do Sul — falo do Brasil, poderia falar de outros países também, mas seria indevido — estamos abrindo as nossas fronteiras, reduzindo todas as nossas alíquotas, exatamente para demonstrar que o Brasil não quer exigir dos outros aquilo que ele próprio não exige de si mesmo.

Se hoje estamos advogando, junto aos países-membros da CEE, uma posição mais maleável, em termos das restrições que eles impõem aos produtos importados, é porque temos autoridade para advogar, para reivindicar isso. E, naturalmente, eu espero, postergado que foi, adiado que foi o fim da «Rodada Uruguai», eu espero que alguns avanços possam ser alcançados. Mas para isso é fundamental que a Comunidade Européia nos despreocupe, flexibilizando um pouco a sua posição.

Em relação à dívida externa, como disse, a nossa posição e a do governo anterior são completamente diferentes. Nós estamos renegociando a nossa dívida, estabelecendo como única condição aquilo que eu acredito seja do interesse dos próprios banqueiros internacionais, ou seja, que o Brasil, ao fazer o pagamento da dívida, não comprometa a sua capacidade de crescer economicamente. Estamos exatamente no meio dessa negociação, e espero que, tão cedo quanto possível, possamos fechá-la.

Integração Latino-Americana

Jornalista: Presidente, como estão os termos da integração latino-americana?

Presidente: Nós temos a nossa integração como uma prioridade, a integração da América Latina, mas, por razões históricas e econômicas, a partir do Cone Sul — Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Já temos um tratado assinado, a Argentina e o Brasil, que estabelece como data-limite 31 de dezembro de 1994 para estarmos inteiramente integrados.

A integração consolida o processo de democratização da América do Sul, da América Latina. A integração é fundamental para manter esse quadro de estabilidade democrática. Ao mesmo tempo, fortalece economicamente o continente, sobretudo num momento em que esses megabloços estão se fechando e se formando. Integração significa, do ponto de vista econômico, redução de custo, melhoria da eficiência, maior competitividade. Significa um processo seletivo e de especialização das nossas economias. Quer dizer, o Brasil vai produzir aquilo em que é especialista, aquilo que consegue produzir com um preço mais baixo e com uma qualidade melhor. A Argentina, da mesma maneira, vai agir onde ela é competitiva, buscando um preço menor e qualidade melhor.

Então vai haver uma redução de desperdício muito grande. Com essa integração, vamos tornar a América Latina, a partir

do Cone Sul, uma força econômica em condições de disputar mercados, mesmo altamente protegidos, como esses que nós já estamos vislumbrando, como o mercado europeu, o bloco europeu, o bloco asiático, o bloco americano, e assim por diante.

Empresariado

Jornalista: Os empresários, os militares, sofreram com o programa econômico. O senhor não teme represálias desses setores?

Presidente: As Forças Armadas brasileiras vêm dando uma grande colaboração nesse processo de consolidação democrática. Os militares brasileiros vêm tendo uma posição irrepreensível, obedecendo aos ditames constitucionais, em seu estrito senso, voltando as suas preocupações para uma maior profissionalização das armas que compõem as Forças Armadas. Portanto, por esse comportamento que vêm tendo, não tenho dúvida nenhuma de que os militares brasileiros estão profundamente atentos ao cumprimento da nossa Constituição. Não vejo nenhum problema a esse respeito.

Grande parte dos empresários já entendeu a necessidade de um programa de ajuste como esse, para criarmos condições do País voltar a crescer sem o perigo de um processo inflacionário reaceso. Existem outros, infelizmente, que teimam, que ainda resistem a um saneamento econômico-financeiro do País, porque ficaram acostumados, durante muitos anos, a ganhar dinheiro apenas com a especulação. Perderam o costume da competição, porque não precisavam competir para vender, já que o seu dinheiro era totalmente aplicado no mercado financeiro, que lhes dava ganhos muito elevados. Dessa forma, eles perderam a capacidade de competir, seus músculos ficaram flácidos, e agora, quando são chamados a competir de novo, eles dizem: «Puxa, voltar a competir, tem que fazer tudo isso de novo, isso é muito cansativo». E resistem.

Mas esses, eu espero que, já a partir de agora, dêem sinais de fadiga. E eles sabem que não há pressão no mundo que nos faça mudar de rumo. Vamos tentar superar as dificuldades, tentar vencer as dificuldades. Não é cantar vitória antes da hora, mas prosseguir conversando aqui e acolá, jamais modificando a nossa bússola, o nosso norte, que está marcado. Esses empresários que ofereceram essa enorme resistência ao Plano, eles já começam a dar sinais de fadiga. E eu espero que, para o bem do Brasil, para o bem de todo esse sentimento nacional, acabem se curvando à realidade.

Ideologia

Jornalista: Alguns lhe criticam por ser um capitalista feroz vestido de populista.

Presidente: Eu sinto dificuldade em estabelecer esse perfil ideológico. Àqueles que me acusam de capitalista feroz, digo que a minha equipe econômica, toda ela, é de origem esquerdista. O Santana, Secretário de Administração, que vem fazendo um grande trabalho, ele vem do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, trotskista. A Ministra vem do Partidão. E eu tenho também o Ministro Passarinho, que vem de governos militares. Tenho, no Ministério do Trabalho, um sindicalista.

Pela primeira vez no País, um ministro do Trabalho e Previdência Social, porque eu fundi dois ministérios num só, é um líder sindical, é um trabalhador, um eletricitário, que saiu da presidência de uma central sindical.

Se por aí puder se puxar uma resultante do que seria o meu perfil ideológico, ou seja, se pudesse ser definido o meu perfil ideológico a partir das pessoas que compõem o meu governo, eu diria que, talvez, ele seja a síntese do sentimento nacional. O João Maia, que é o Secretário Executivo do Ministério da Economia foi guerrilheiro, na época em que o Ministro Passarinho era ministro do regime militar. E os dois estavam juntos, na

mesa, defendendo a posição do Governo. Antes, eles foram apresentados: João Maia e Passarinho. Aí o Passarinho disse assim: «João Maia. Nome ou codinome?» Porque o João Maia foi preso. E todos estão convivendo muito bem.

Isso demonstra que no Brasil não existe mais nenhum tipo de ressentimento por esse período. Todos nós estamos tratando de nos juntar, de nos unir, para fazer o melhor pelo nosso País. E todos nós estamos juntos.

Talvez essa síntese possa definir o meu perfil, não o perfil ideológico, mas o perfil de uma expectativa, de um desejo, de uma vontade nacional, que é a de deixar essa questão ideológica de lado e buscar, fundamentalmente, o bem-estar social.

Quando a gente vê, por exemplo, o que houve na União Soviética, o que houve na Espanha, um exemplo extraordinário... Chegou um momento em que o pessoal parou para pensar, e disse: «Estamos discutindo esse negócio de bloco comunista, bloco capitalista, socialista, não-socialista, e enquanto a gente discute isso o povo continua passando fome, dificuldades, o País em crise... Então, vamos deixar isso de lado e nos unir para tratar do bem-estar social». O que a população deseja é que a gente discuta menos essa questão ideológica e discuta mais como resolver as questões sociais, como levar a comida à mesa do trabalhador, como dar emprego, como dar educação e saúde. É isso que se busca. E isso, naturalmente, só se consegue mediante um Estado mais eficiente, mais ágil, mais enxuto.

Religião

Jornalista: O Senhor é supersticioso?

Presidente: Sou profundamente cristão e religioso, acho que dá para ver. E eu sou uma pessoa movida a dois tipos de combustível: fé e ideal. E é exatamente isso que, às vezes as pessoas interpretam como intransigência e arrogância. Não tem nada disso. É que eu sou movido por fé e por ideal. Infelizmente o

ideal hoje está muito escasso no mundo. Aqui no Brasil também. São poucas as pessoas que agem por ideal, por acreditar em alguma coisa. As pessoas, infelizmente, agem em função dos seus interesses mais baixos, da coisa mais primária. Eu sou carregado de fé, da fé de que nós vamos alcançar, de que vamos chegar lá, de que esse País vai se encontrar. E de ideal. Sou movido basicamente por isso, não por superstição.

*Entrevista concedida ao jornalista
Francisco Xavier Andres Gonzales, do
jornal ABC, de Madrid, em Brasília, DF,
no dia 14 de dezembro de 1990.*

Solenidade de Diplomação da Turma «Força Expedicionária Brasileira», da Escola Superior de Guerra

Ao participar de atividades da Escola Superior de Guerra, pela segunda vez este ano, demonstro o meu reconhecimento pelo valor deste centro de estudos e debates. Quero também aproveitar esta ocasião para registrar os meus agradecimentos pela colaboração leal e competente que o General Jonas de Moraes Correia Neto tem prestado ao Governo e ao Brasil, no exercício da importante função de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Senhoras e Senhores,

O Brasil tem sede de progresso educacional e de afirmação de sua identidade cultural. São elementos básicos na construção de uma grande sociedade. E neste momento que vivemos, quando transformações profundas são necessárias, as lideranças intelectuais dos diversos setores da vida nacional têm responsabilidade especial.

Não basta o saber de uns poucos para a realização de nossas aspirações de desenvolvimento e justiça social. O conhecimento deve ser disseminado, difundido e multiplicado em proveito do País como um todo. Essa é a missão daqueles que, como os senhores, têm a oportunidade de se preparar para enxer-

gar mais longe. Quem se dedica ao exame do conjunto de nossa realidade sócio-econômica deve participar ativamente, pela via da discussão livre e aberta de idéias e propostas, da elaboração e implementação de um projeto de desenvolvimento que represente de maneira fiel as expectativas e desejos de nossa gente.

Na sociedade democrática, o projeto nacional não se impõe de cima para baixo, não pode ser obra solitária do Governo ou das elites. Mas esse fato, essa regra essencial das nações mais bem-sucedidas, em nada diminui a responsabilidade dos indivíduos que se especializam ou se interessam mais profundamente pelo ensino, pelo aprendizado acadêmico, pela articulação coletiva de teses e posições.

Aí estão os exemplos das sociedades mais adiantadas do mundo, de povos que bem cedo entenderam a importância de investir e apostar no conhecimento, na capacidade científica e tecnológica. Aí estão as histórias de autênticas epopéias de reconstrução nacional realizadas não a partir do que esses povos possuíam, mas sim a partir do que sabiam.

Do conhecimento deve nascer o sentido de justiça, a noção mais clara de respeito pelo ser humano, a valorização da solidariedade, da paz e da liberdade. Esse é um requisito e, ao mesmo tempo, um fruto da democracia. A Escola Superior de Guerra tem uma tarefa crucial a desempenhar na consolidação de uma cultura verdadeiramente democrática entre nós. Ao reunir brasileiros que representam os mais diferentes setores e ofícios, esta escola tem a possibilidade singular de verificar na prática que o pluralismo não é uma noção abstrata, mas sim uma decorrência natural de um processo social complexo como o nosso.

O desafio maior que se apresenta à sociedade plural é o de articular um projeto de nação que não seja o desdobramento de uma grande e única teoria, mas, ao contrário, que seja resultado dinâmico da interação de múltiplos interesses e pontos de vista.

Os regimes autoritários, de esquerda e de direita, pregavam e tentavam impor a igualdade de pensamento para perpetuar a diferença de tratamento aos cidadãos. Os sistemas democráticos, os únicos que deram certo, cultivam a variedade das idéias

e o direito de expressá-las como garantia da igualdade dos homens perante a lei e a ordem social.

«A liberdade e a paz serão
os pilares da conquista do bem-estar
e da justiça social.»

Vale citar um pensamento de Lindolfo Collor, que os senhores escolheram para patrono da turma de 1990: «Eu não acredito apenas que a democracia seja a melhor entre as formas de governo conhecidas, mas estou convencido de que ela é, no estado atual da evolução humana, a única logicamente aceitável, senão a única pacificamente possível».

Essa é a lição principal da história política deste século. É uma lição que custou milhões de vidas humanas, mas que terá valido a pena na medida em que cada um de nós, no Brasil e em todo o mundo, se dê conta do quanto vale estarmos caminhando pela via da liberdade, na direção da paz universal. Foi por essa causa que lutaram os integrantes da Força Expedicionária Brasileira, a quem esta turma de formandos da Escola Superior de Guerra presta justa homenagem.

Para nós, brasileiros, a liberdade e a paz serão os pilares da conquista do bem-estar e da justiça social. Na história das nações, os atalhos e desvios só levaram ao atraso e à tragédia. Mais do que nunca, está perfeitamente claro o curso que desejamos seguir. Vamos em frente, com determinação e esperança. Temos um grande País a reconstruir e Deus haverá de nos ajudar.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade de diplomação da turma
«Força Expedicionária Brasileira»,
da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro,
no dia 19 de dezembro de 1990.*

Reunião Ministerial de Fim de Ano

O que hoje temos é mais uma reunião de trabalho. As festas natalinas que se aproximam, com seu espírito de fraternidade e solidariedade, inspiram-nos em nossa missão de servir melhor ao Brasil.

A reconquista da democracia, obra de todos nós, assegurou o primado da liberdade, mas não garantiu por si mesma o acesso à prosperidade.

Este governo, eleito pelo povo depois de longos anos, não parou um só instante de trabalhar pelo País, e se orgulha de haver contribuído para consolidar o processo democrático. Este governo, com a hipoteca de seu esforço e dedicação, reitera seu compromisso inarredável de busca da prosperidade para todos, em clima de paz e justiça social. Reitera porque esta foi a plataforma prioritária de nosso programa desde os tempos da campanha, e este foi também o espírito do programa de estabilização que lançamos em 15 de março último, há apenas nove meses.

Dizíamos, e reafirmamos, que um país próspero é um país livre e justo. Por isso, entramos em campo para derrotar os dois inimigos mais terríveis dos brasileiros — a inflação e a corrupção.

«O Plano de estabilização foi a primeira resposta deste governo às aspirações mais profundas da nação brasileira.»

Sabíamos que, para reconstruir a sociedade, tínhamos, antes, que eliminar os mecanismos perversos que a vinham corroendo. Vitima da espiral inflacionária e da tolerância ética, o Brasil convivia, como se natural fosse, com a afronta à lei, o desrespeito à pessoa humana, o favoritismo, a impunidade, a insegurança. As importantes conquistas políticas da cidadania corriam perigo. Parecia eternizar-se a surrada promessa de vermos o Brasil como um país viável apenas no futuro.

O Plano de estabilização foi a primeira resposta deste governo às aspirações mais profundas da nação brasileira. Sobre a base de um conjunto sólido, corajoso e coerente de medidas, o País pôde começar a reorganizar o setor produtivo, sanear as finanças, agilizar a administração, definir a presença do Estado na economia, criando as condições necessárias à retomada do desenvolvimento, num ambiente econômico marcado por perspectivas realistas de recuperação e modernidade.

Desencadeamos o combate contra a inflação para proteger o poder de compra dos trabalhadores e da classe média brasileira. Lançamos o programa econômico para premiar a eficiência, melhorar a produtividade, promover a desestatização da economia, estimular a competição sadia, banir privilégios e deter o sucateamento da extraordinária capacidade produtiva do País. Determinamos a redução severa da máquina administrativa e a transparência do serviço público para desmerecer o fisiologismo, o paternalismo e o tráfico de influências. Iniciamos um vigoroso e amplo programa de desregulamentação para facilitar a vida dos cidadãos úteis e, ao mesmo tempo, complicar a dos que, em meio a uma enxurrada de normas, se habituaram ao malabarismo de proteger seus interesses pessoais e imediatos, em detrimento do interesse coletivo.

«A convergência de esforços não
significa convergência de opiniões.»

Oferecemos à sociedade brasileira um programa responsável de recuperação nacional, porque é com cidadãos responsáveis que temos de administrar este País. O balanço de nossa atividade ainda não pode ser estimado com precisão, porque estamos há apenas nove meses no Governo. Dois indicadores, no entanto, animam-nos a crer havermos apreendido corretamente os sentimentos majoritários da sociedade brasileira. Primeiro, a imediata reação dos detentores de privilégios na economia nacional às medidas adotadas pelo Governo. Segundo, a mobilização dos setores mais expressivos da sociedade clamando por iniciativas — coincidentes ou não com as do Governo — que, acima de tudo, protejam o interesse da maioria e corrijam as distorções do passado, promovendo o desenvolvimento, preservando o meio ambiente, planejando uma melhor distribuição de renda, projetando os direitos humanos, punindo os desonestos, buscando a eficiência e estimulando a competição.

O caminho rumo à prosperidade começa quando Governo e sociedade se tornam parceiros na tarefa de buscar soluções para os problemas nacionais. Numa democracia, onde os interesses da maioria devem determinar a ação do Estado, gerir o País é necessariamente um verbo plural. As decisões de alcance comunitário são patrimônio coletivo. Daí exigirem o debate e o entendimento entre os agentes sociais envolvidos. O melhor governo haverá de ser aquele que, na sua autoridade e na sua liderança, souber encarnar o papel de braço executivo da vontade nacional. Assim como a sociedade mais dinâmica e justa será aquela que, rechaçando o paternalismo, se dispuser a participar ativamente do processo decisório, em parceria com o Governo e em estreita sintonia com o interesse nacional.

Senhores Ministros de Estado,

Senhores Secretários de Governo,

A convergência de esforços não significa convergência de opiniões. O Plano econômico de meu governo mereceu o apoio

dos brasileiros por coincidir com o desejo majoritário de mudança para recuperar, modernizar e dignificar nossa sociedade. Com esse mandato, interviemos na raiz dos males que detinham nosso crescimento e comprometiam nossa evolução. Agora podemos iniciar uma segunda fase nas relações entre Governo e sociedade civil.

A inflação continua a ser combatida com absoluta determinação. Suas causas estão sob controle. O risco da hiperinflação, iminente em março último, ficou definitivamente afastado.

Os mecanismos viciados da economia foram banidos. O mercado hoje estimula a produção à base de práticas legítimas de competição, e não mais à sombra da reserva cartorial. Produzir voltou a ser vantajoso, sobretudo se a eficiência, não a margem abusiva de lucros, for o objetivo.

«Estamos prontos para a segunda
fase de nosso governo.»

A abertura ao exterior promete revitalizar os setores produtivos, oferecendo à população brasileira produtos melhores e mais baratos.

O padrão ético do novo Governo, ao não admitir desvios de procedimento e de gestão, restabeleceu a lisura dos códigos de conduta e varreu de vez a impunidade do nosso meio social.

A determinação de assumir a vanguarda do movimento para preservar o meio ambiente, proteger os direitos de todos os brasileiros, a começar pelas crianças, combater o narcotráfico e eliminar os riscos de utilização errônea da energia nuclear colocou-nos na linha de frente dos países preocupados em melhorar a qualidade de vida do nosso planeta.

Estamos prontos para a segunda fase de nosso governo. Arrumada a casa, e com o benefício do que aprendemos com a experiência desses nove meses, podemos iniciar os preparativos para fazer o País prosperar. Muito já fizemos; um nada, entretanto, se comparado com o que temos à frente. Muito já conse-

guimos; e muito mais conseguiremos se crescerem o apoio e o empenho da sociedade brasileira.

A reforma do Estado apenas começou. Ao desregulamentar o funcionamento da vida pública, imprimimos maior dinamismo à atividade econômica e maior eficácia à ação governamental, mas ainda precisamos amadurecer essas mudanças, bem como aprofundar e acelerar os processos de desestatização. Ao enxugar a máquina administrativa, nosso objetivo foi valorizar os recursos humanos. É com o cidadão que pretendemos trabalhar, criando e atraindo competências; treinando, reciclando e premiando a eficiência; descartando a uniformidade mediocrizante e incentivando a produtividade. Serviço público é um serviço ao público. Por isso, nossa reforma haverá de subsistir concentrada, nessa segunda fase do Governo, mais no homem que na máquina.

O compromisso com a saúde de nossos recursos naturais precisa transformar-se em ação eficaz. Para isso, temos trabalhado junto à comunidade internacional, em busca de cooperação. Não precisamos, porém, esperar apoio externo para cuidar da saúde dos brasileiros. Em nove meses, já pudemos localizar vários focos de malversação de fundos na área da saúde. Nessa segunda fase do Governo, vamos continuar na ofensiva, na luta contra uma das maiores enfermidades nacionais: o descaso com a saúde pública.

A recuperação e a modernização do setor produtivo também apenas foram iniciadas. As novas regras não nasceram do novo Governo. Estavam escritas em nosso programa eleitoral, largamente sufragado nas urnas, e, antes disso, estavam inscritas nas tendências internacionais de um mundo onde só há lugar para sociedades inequívoca e solidariamente comprometidas com a modernidade.

Modernidade implica o fortalecimento do Estado em áreas de interesse coletivo e, ao mesmo tempo, o favorecimento do setor privado na produção de mercado, mantido o mesmo zelo de que temos podido compartilhar com o Congresso e a opinião pública para o aprofundamento e a rapidez do processo de desestatização. Modernidade implica ainda inversões maciças do Estado em educação e, das empresas, na inovação tecnológica e no esforço de pesquisa. Modernidade, enfim, exige recuperar o

avanço tecnológico, peça-chave da retomada de nosso desenvolvimento e da justa distribuição de renda, bem como resgatar nossa dívida com segmentos expressivos da sociedade, ainda relegados à obscuridade das letras e da ciência, em prejuízo da dignidade humana.

«Queremos sentar à mesa de trabalho
dos países pós-industrializados
com a autoridade de todo um esforço
nacional de desenvolvimento
e modernização.»

Sob o impulso dessa modernidade, poderá o Brasil mais facilmente reafirmar sua vocação universalista e seu peso específico no concerto de nações, buscando sua inserção efetiva no núcleo dinâmico das relações internacionais. Reivindicamos maior participação nas principais correntes de comércio e fluxo de capitais, e acesso desimpedido a tecnologias de ponta, a partir de um modelo interno de abertura e de oportunidade para todos, e de um processo de integração regional que promete incorporar, não excluir, parceiros e áreas de cooperação. Queremos sentar à mesa de trabalho dos países pós-industrializados com a autoridade de todo um esforço nacional de desenvolvimento e modernização. Estamos fazendo por merecê-lo.

Só para os que lucram com a miséria alheia ou não sabem sobreviver sem as benesses de um Estado autoritário e paternalista, 1991 haverá de ser sombrio. Sem dúvida, será um ano de muito trabalho. Provavelmente, de algum sacrifício. Mas a energia e a coragem não nos faltarão agora que parecem mais necessárias do que nunca.

Senhores Ministros de Estado,

Senhores Secretários de Governo,

Convoqueio-os hoje para juntos convidarmos a sociedade brasileira a que continue a nos ajudar, visto que é por ela que trabalhamos. O entendimento nacional não tem dono, porque não se pode prestar à utilização política. O entendimento nacio-

nal é imperativo de uma nação determinada a modernizar-se. Governo, políticos, trabalhadores, empresários, donas-de-casa, homens do campo, estudantes, os brasileiros todos, somos protagonistas privilegiados dessa tarefa histórica que meu governo empreende, e que o Brasil haverá de patrocinar.

Como homens públicos, servimos à Nação, a seus representantes, a seus cidadãos. Sempre estaremos abertos ao diálogo; quando possível, à harmonização de posições; quando inevitável, ao debate honesto e objetivo. Nosso sentido de Governo é nosso sentido de missão e de consciência.

Junto de seus familiares, durante as festas de Natal e de fim de ano, proponho que recuperem as energias postas na maratona de nosso trabalho cotidiano. O que nos espera é um Brasil com sede de mudanças, e mudanças já! Conto com esta equipe para acelerar nossa jornada em direção a um Brasil mais próspero e melhor, jornada que haverá de ser vitoriosa, com a ajuda de Deus.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na reunião ministerial de fim de ano,
realizada no Palácio do Planalto,
no dia 21 de dezembro de 1990.*

Visita à Vila Paranoá, DF

Minha gente amiga do Paranoá,

Quando me encontrei pela primeira vez com o Governador Vallim, como Presidente de todos os brasileiros, fiz a ele uma solicitação formal, de que, dentre as inúmeras preocupações que tinha com nossa querida Brasília, ele dedicasse uma atenção toda especial a uma cidade que muito de perto tocava os meus sentimentos e meu coração, que é a nossa Vila Paranoá.

Aproveitou então o Governador Vallim, nessa conversa, para pedir recursos ao Presidente da República, e eu lhe disse aquilo que, posteriormente, transmiti ao Governador eleito de todos vocês, o Roriz, de que não faltariam os recursos necessários para fazermos de Brasília, das cidades-satélites mais necessárias e, particularmente, da Vila Paranoá, um local onde os seus habitantes pudessem viver com dignidade, pudessem viver com a família em condições de acesso à saúde, à educação e ao bem-estar social.

Fico satisfeito por hoje estar aqui, participando junto com vocês da inauguração de diversas obras do Governo do Distrito Federal, com o apoio do Governo Federal.

Hoje também tivemos a oportunidade de lançar a pedra fundamental do futuro Hospital da Vila Paranoá e dessas redondezas, que será o orgulho de todos vocês. Quero que anote no caderninho das suas memórias que dentro de um ano e

meio eu aqui voltarei com o intuito de inaugurar, com o Governador Roriz, com os nossos senadores, com a nossa vice-governadora, com os nossos deputados federais e estaduais, o Hospital do Paranoá.

«Não quero mais ver escola de lata
espalhada por Brasília.»

Mas não iremos parar por aí. Nós também temos um compromisso com a educação da nossa gente. Não quero mais ver escola de lata espalhada por Brasília. E já assumi o compromisso com o Governador Roriz de que lançaremos aqui na Vila Paranoá um projeto pioneiro de educação, construindo escolas que possam abrigar nossas crianças, desde a manhã até a noite. O Governador Roriz já está em contato com o Ministro da Educação para viabilizar o quanto antes o início deste processo.

Temos também compromissos com vocês na área de lazer. O Governador Vallim já construiu quadras polivalentes, mas precisamos dar a vocês um clube onde, nos finais de semana, possam se divertir e, no decorrer da semana, sirva de sala de aula, para que aprendam a escrever as letras. Quando voltar ao Paranoá, não quero mais ver faixas escritas «rezidências» com «z». Quero ver faixas escritas «residências» com «s», porque até lá vocês terão acesso a uma educação correta e digna.

*Minha gente amiga de Brasília,
minha gente amiga do Paranoá,*

Hoje, ao chegar aqui, pude jogar as minhas lembranças para o passado, para o dia em que meu pai comprou a casa onde hoje resido, a Casa da Dinda, há exatamente 23 anos. Para cá viemos, em 1967, quando a Vila Paranoá tinha duas ou três ruas, poucos moradores, mas muitos nordestinos. E eu venho do Nordeste. Naquela época, havia pouca gente de Alagoas — hoje temos mais alguns alagoanos — muita gente do Rio Grande do Norte com presença marcante no Paranoá.

Lembrando-me daquela época e da que passei aqui como deputado federal, eu não poderia ter tomado outra decisão que

não fosse a de homenagear, de uma forma modesta, toda esta comunidade, trazendo a residência do Presidente da República aqui para o Paranoá. Isto é motivo de muita alegria para mim, porque estou e sempre estarei em contato com vocês.

Estou acompanhando de perto o enorme esforço e o enorme trabalho que estamos realizando para consertar este País. Para que vocês tenham uma idéia, posso comparar nosso País a uma casa que estava há muito tempo sem ser utilizada. Então chegaram os novos proprietários, os novos inquilinos e, para ocupar a casa, tiveram que dar uma faxina geral; jogaram água, passaram o rodo e limparam as teias de aranha.

A primeira fase deste Governo foi fazer o grosso da limpeza. Agora vamos iniciar a segunda fase, consertando a torneira, a hidráulica, a dobradiça, trocando a telha que está quebrada, de tal maneira que a casa possa se transformar em local aprazível, onde todos possam viver em conjunto e felizes.

Esta é a segunda fase de um governo que tem consciência de onde quer chegar, que tem consciência do que está fazendo. Ninguém enrola este Presidente e nem este Governo. A não ser a força de Deus, ninguém vai conseguir, com pressões subalternas, mudar o nosso rumo e tirar o nosso norte. Eles querem que o primeiro governo eleito pelo voto soberano do povo brasileiro, em 30 anos, fique para lá e para cá, que nem pitomba na boca da gente.

«Não podemos nos intimidar com
aqueles que se julgam
suficientemente fortes para
desafiar o sentimento nacional.»

Não, minha gente. Este Governo sabe exatamente a trilha por onde tem que caminhar. Nós não queremos, nada mais nada menos, que construir um novo Brasil. Fazer deste País um país que dignifique a cidadania, que respeite os direitos humanos, que tenha consciência de que deve distribuir melhor sua

renda, que não aceite mais a convivência com estes facínoras da democracia, que querem de todas as maneiras impedir que o sentimento nacional seja coroado com o êxito da construção de uma sociedade mais justa e mais moderna. Não podemos nos intimidar com aqueles que se julgam, pelo poder econômico, suficientemente fortes para desafiar o sentimento nacional.

O povo brasileiro já está crescendo o suficiente para dizer não a essa gente, para dizer basta a essa gente, para dizer que nossos direitos mínimos de cidadãos haverão de ser respeitados por todos aqueles que participem do nosso processo de desenvolvimento. E esta consciência cada um de vocês tem. E ao final deste ano, a poucos dias da comemoração do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, quero finalizar as minhas palavras, desejando a cada um de vocês que as bênçãos de Cristo consigam abrir os corações e a consciência daqueles que se esqueceram de que esta vida é feita de amor, de solidariedade, feita cada vez mais da dependência de um em relação aos outros.

Eu desejo a todos um Feliz Natal. Do dia 24 para o dia 25, quando estivermos participando da Missa do Galo ou fazendo as nossas orações no recesso de nossos lares, que cada um de nós possa elevar as nossas preces ao céu e pedir a Deus que não nos deixe, que não nos abandone e continue a nos ajudar, iluminando os nossos caminhos, para que, finalmente, povo e Governo sejam vitoriosos.

Obrigado, minha gente. Até outro dia.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em visita à Vila Paranoá, em Brasília, DF,
no dia 22 de dezembro de 1990.*

Almoço com Oficiais-Generais no Clube da Aeronáutica

Meus Senhores,

Estamos prestes a concluir um ano de intenso trabalho. Se ainda não realizamos tudo o que pretendíamos fazer, certamente avançamos muito. O Brasil começou a mudar de forma irreversível. Em 1990, rompemos com as pesadas amarras do passado e partimos para uma cruzada que nos levará ao desenvolvimento, ao bem-estar e à justiça social.

O caminho que seguimos, e que jamais iremos abandonar, é o do estrito cumprimento da vontade popular, manifestada e garantida de acordo com as regras da democracia plena em que vivemos. O Governo é hoje, mais do que nunca em nossa história, um instrumento a serviço da realização das legítimas aspirações dos brasileiros.

Despedimo-nos agora de um ano que não foi dos mais fáceis para o País. O ano de 1991 será um período de vigorosos esforços e de recompensas que talvez ainda permaneçam aquém do que seria perfeitamente justo desejar. O ano novo será também o momento em que surgirá no horizonte, desta vez para ficar, a perspectiva de vermos o Brasil habilitado a oferecer aos seus filhos o melhor de nosso tempo.

As grandes transformações têm sempre um custo a ser pago, especialmente quando os problemas a serem superados são

da magnitude dos que encontrei ao assumir a Presidência da República. Estou certo de que a nossa sociedade tem perfeita consciência disso. Estou igualmente convencido, no entanto, de que existe a percepção generalizada de que os sacrifícios feitos hoje já começam a se transformar em confiança e benefícios concretos para o dia de amanhã. E o amanhã de que falo vai chegar bem antes do que pensam os menos otimistas.

Senhores Ministros,

Senhores Oficiais-Generais,

Ao longo destes nove meses de Governo, tive oportunidade de conhecer de perto, nos mais diversos pontos do território nacional, a missão fundamental que desempenham as nossas Forças Armadas. A cada encontro com os soldados deste País, sinto ainda mais reforçado o meu orgulho de brasileiro, de governante eleito pelo povo e de comandante supremo. Feliz a nação servida e defendida por homens da qualidade dos que compõem as nossas três Forças.

A Marinha, o Exército e a Aeronáutica participaram de modo determinado, e com claro sentido de responsabilidade patriótica, do esforço que realizamos para reduzir as despesas do setor governamental e para dar ao País um exemplo inequívoco de moralidade e espírito público. Quero registrar aqui o meu reconhecimento a todos os servidores, militares e civis, pela quota de sacrifício que investiram nesta luta. O futuro próximo haverá de fazer-lhes justiça e de permitir que o seu trabalho seja ainda mais valorizado.

Desejo a todos os soldados brasileiros, e às suas famílias, um Natal de harmonia e felicidade e um Ano-Novo em que cada dia de trabalho continue a ser movido pelo amor ao Brasil e pela certeza de que vale a pena dedicar a vida à construção de um país melhor para nossos filhos e para todo o povo a que servimos com honra e devoção.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante almoço com oficiais-gerais
no Clube da Aeronáutica, em Brasília, DF,
no dia 22 de dezembro de 1990.*

Pronunciamento de Natal em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão

«Não tenham medo. Eu lhes anuncio uma alegria que será para todo o povo. Nasceu hoje um salvador, que é o Cristo. Encontrarás um recém-nascido envolto em faixas, deitado numa manjedoura. De repente, juntou-se ao anjo que assim falava uma multidão de outros anjos dizendo: — Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade.»

É assim que Lucas relata no Evangelho o nascimento de Jesus. Vivemos o Natal e comemoramos a esperança e a fé. É um momento em que devemos, todos nós, pensar, refletir, sobretudo o que nos ensina o nascimento, a vida, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. Uma história de coragem e de luta, de sacrifícios e ideais. Uma história de amor e de salvação.

Este não é um Natal apenas de festa. Muitas famílias não têm hoje a mesa que mereciam para seus filhos, e há sofrimentos e dificuldades em nosso País. Mas já podemos ter esperança, porque sabemos da nossa coragem, prosseguimos a nossa luta e estamos vivendo juntos um mesmo ideal: salvar o futuro do Brasil.

Não podemos, entretanto, esquecer o passado. É olhando para trás que temos a certeza de que estamos vencendo e mudando a história do nosso País. Ontem, a vida da maioria era extremamente mais difícil, e o que se descortinava era o caos.

Se não tivéssemos entendido que o caminho era o de enfrentar, cada um, a sua cota de sacrifício para podermos melhorar, se tudo continuasse como estava, viveríamos agora a realidade de uma inflação de 150.000% ao ano.

Hoje os índices mostram que a inflação média do período de nosso governo ficou em torno de 10% ao mês, contra uma média anterior de 75% mensais. Essa é uma vitória nossa, do Governo e do povo juntos. O nosso País está mudando. Enfrentamos e vencemos a corrupção, acabamos com os marajás, combatemos a impunidade e o desrespeito aos direitos humanos. Não demos e não daremos trégua à inflação, e estamos vencendo o desafio de perseguir o nosso objetivo: a prosperidade, o desenvolvimento com justiça social.

Fui eleito pelo voto de milhões de brasileiros, entre eles o voto dos brasileiros mais humildes, e sou um Presidente que está freqüentemente nas ruas, perto do povo. Conheço a minha gente e sei que aqueles que hoje não podem ter uma festa rica são exatamente os que compreendem mais profundamente que a verdadeira força do Cristianismo é o milagre da ressurreição.

Cada um de nós é também capaz de renascer e, principalmente, de fazer renascer. Esta é uma lição que a história da humanidade nos ensina. Sempre é vitorioso o trabalho de reconstrução.

Depois da Segunda Guerra os operários japoneses trabalharam 56 horas por semana e reduziram as férias a apenas oito dias por ano. O Japão, a Alemanha, a Itália, apesar do que sofreram, são hoje grandes países. Renasceram através do trabalho e seus povos são vitoriosos. O Brasil também vai ser assim: vitorioso. Estamos lutando lado a lado, e com muito trabalho e a ajuda de Deus conquistaremos, sem dúvida, um amanhã melhor.

O Governo está trabalhando, e posso dizer a vocês que vamos, num futuro muito próximo, diminuir o desemprego, melhorar os salários, melhorar o atendimento de saúde e a qualidade de ensino. Cuidar ainda mais dos nossos aposentados e das nossas crianças e continuar um grande programa de construção de casas populares no ano que vai chegar.

Acredito firmemente que a união de todos os homens de boa vontade tornará possível vivermos daqui a pouco o que um

dia Jesus prometeu: «Pede e serás atendido. Busca e alcanças». Eu peço nesta noite, a cada um de vocês, confiança, determinação, fé em sua própria capacidade. Ame o seu próximo, ame a vida e ame o seu País.

Em meu nome e em nome da minha família, de minha mulher Rosane e de meus filhos, Arnon e Joaquim Pedro, desejo a todos vocês uma noite de paz e um futuro muito, mas muito mais, feliz.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
por ocasião do Natal, em cadeia nacional de rádio e
televisão, no dia 24 de dezembro de 1990.*

Pronunciamento no Programa «Verde é Vida», Transmitido pela Rede Globo de Televisão

No ano que vem, nós temos uma grande tarefa pela frente, que é a de aumentar a conscientização ecológica no nosso País. Logo depois, em 1992, o Brasil estará sediando a II Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesta conferência, o Brasil deseja debater todos os assuntos referentes a essa área, a esse setor. Não temos nada a esconder, porque não nos falta coragem para enfrentar os problemas e adotar as soluções necessárias para preservar o nosso planeta, preservar o nosso meio ambiente. Mas, muito mais do que isso, muito mais do que eventualmente sabermos como podemos nos ajudar mutuamente para superar essa devastação, que ocorre não somente no Brasil hoje — é verdade que em menor escala — mas em todo o mundo, é o momento de fazermos uma profunda reflexão sobre o modelo de desenvolvimento hoje adotado pelo mundo ocidental e até mesmo pelos países do Leste.

O que estamos verificando é que esse processo de desenvolvimento vai se utilizando dos recursos naturais de uma forma, eu diria, até mesmo criminosa. É necessário que se reflita sobre o efeito que pode causar na natureza a utilização indiscriminada da terra, do solo, dos agrotóxicos, dos poluentes jogados nos nossos mares, nos nossos rios... Sem falar naturalmente das

nossas florestas, da nossa Amazônia, que hoje domina as atenções nos debates mundiais em termos ecológicos. Precisamos fazer uma profunda reflexão para saber o que desejamos do futuro do nosso planeta. O que nós queremos? Queremos um planeta sadio? Queremos um planeta vivo? Um planeta em que os nossos filhos, os nossos netos e as gerações que se seguirão possam viver em paz, sem nos recriminar no futuro, ou queremos um planeta cada vez mais devastado, mais sujo, mais emporcalhado?

É exatamente essa reflexão que deveremos fazer em 1992, quando o Brasil já deverá ter dado uma demonstração ao mundo de que a tarefa de preservação ecológica e, mais do que isso, de recuperação das áreas já devastadas é prioridade número um não somente do Governo, mas da sociedade brasileira como um todo.

Temos algumas notícias boas a dar. Nesse ano de 1990, as queimadas na Amazônia diminuíram em 65%, segundo os dados que nos foram fornecidos por um satélite. Já é alguma coisa, já é um avanço. Mas não é tudo. Nós temos que fazer muito mais. Temos que trabalhar muito mais, para preservar, volto a dizer, não somente a nossa Amazônia, não somente a nossa Mata Atlântica, a Juréia, nossos rios, nossos mares e a nossa atmosfera, mas também colaborar para que haja uma conscientização de todos os brasileiros, para que se transformem em soldados do verde, na defesa do nosso meio ambiente, na defesa da nossa ecologia, na defesa da nossa própria vida.

Feliz Natal e um bom 1991 para todos vocês.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no programa «Verde é Vida»,
transmitido pela Rede Globo de Televisão,
no dia 25 de dezembro de 1990.*

Lançamento do Programa Setorial de Ação do Governo na Área de Educação (1991-1995)

Na semana que ora encerramos, tivemos muito trabalho, como aliás vem sendo a tônica deste Governo. Aproveitamos esse período para realizar reuniões setoriais analisando em profundidade e com abrangência temas que nos inquietam no momento por que estamos passando.

Discutimos nesta semana a questão da criança e verificamos que esse quadro dramático que nos é mostrado pelo abandono de milhares de crianças brasileiras nas nossas praças e nas nossas ruas, constitui uma peça acusatória a cada um de nós — aos governantes e à sociedade como um todo. Eu, pelo menos, sinto a minha consciência de cidadão doer quando leio nos jornais, assisto pela televisão, ouço pelo rádio que mais uma criança está sofrendo maus-tratos, ou mais uma criança foi vitimada pela violência urbana. Como cidadão eu me sinto afetado porque a minha consciência faz uma pergunta que acredito seja feita por cada consciência neste País: «E você? Que é que você vem fazendo para evitar que isso aconteça?»

Portanto, resolvemos iniciar de pronto uma cruzada nacional em favor da criança brasileira. Ontem determinamos expressamente que o Ministro da Saúde assuma a função de Ministro

da Criança, sendo responsável, diante do Presidente da República, do Governo e da sociedade brasileira, por todas as ações que serão de imediato desencadeadas para evitar que nossas crianças continuem a sofrer como hoje estamos verificando.

Naturalmente esta é uma tarefa que não cabe única e exclusivamente ao Governo. O Governo já abdicou da velha função de grande pai, de provedor de todos, de equacionador de todos os conflitos. Numa sociedade democrática há que se ter a participação do conjunto desta mesma sociedade para, juntos, elaborarmos e estabelecermos as soluções adequadas para estes e para outros problemas cruciais.

«Mais do que nunca, a criança exige
uma mobilização conjunta
da sociedade em sua defesa.»

Em cinco estados, primordialmente, a situação da criança está mais grave: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Amazonas. Na reunião de ontem determinei ao Ministro da Justiça e ao Ministro da Criança e da Saúde que fizessem uma imediata articulação com os atuais governadores e com os que serão empossados em março próximo, e também com os prefeitos das capitais destes estados para que juntos com a área do Governo Federal que trata desta questão social possamos estabelecer e montar diretrizes e linhas mestras pelas quais deveremos seguir visando ao equacionamento definitivo deste triste cotidiano das nossas crianças brasileiras.

Além disso, é fundamental que haja a participação das associações de classe, das associações comerciais... É preciso que haja uma nova mentalidade por parte dos nossos policiais tendo como espelho o Estatuto da Criança, que determina como o menor deve ser tratado. Hoje, mais do que nunca, a criança exige uma mobilização conjunta da sociedade brasileira em sua defesa. E para isso desejo conclamar a todos os presentes e a

todos os brasileiros para que ingressem nessa cruzada que desde ontem deflagramos.

«Não se trata de lutar contra a seca, mas de lidar com a seca.»

Tratamos também da questão da seca do Nordeste. Foi uma reunião demorada, onde fiz ver que não se trata de lutar contra a seca, mas de lidar com a seca. Determinamos a liberação de recursos de cerca de 10 bilhões de cruzeiros para o atendimento emergencial, numa primeira fase, da população nordestina que vem sofrendo com a crueldade da seca, bem como a liberação de recursos para a construção de obras perenes. Determinei que, desses 10 bilhões de cruzeiros, um bilhão fosse repassado ao Ministério do Exército que, através do Batalhão de Engenharia, estará executando obras como construção de cisternas, poços artesianos e outras para minorar os efeitos de uma futura seca que venha a ocorrer.

Liberamos mais 2,5 bilhões de cruzeiros para 103 projetos do INCRA de assentamento de famílias na área rural, de modo a lhes dar as condições necessárias para que possam, no seu pedaço de chão, plantar, semear e colher o produto que vai alimentar a comunidade em que vivem e ajudar o nosso País.

Determinei ainda que a participação da Rede Ferroviária Federal na distribuição de água potável aumentasse de um para cinco estados — passando a percorrer 10 trechos ao invés de um. Determinei a liberação de recursos imediatos para a distribuição de água via carros-pipa: 864 milhões de cruzeiros para evitar que o nosso sertanejo morra de sede.

A obra da Hidrelétrica do Xingó, que hoje se constitui na maior obra em andamento do Governo Federal, vem abrigando um contingente numeroso de pessoas que lá trabalham, e a determinação é de que essas obras prossigam, e sejam concluídas no prazo previsto, dentro do nosso cronograma.

Mais 4,6 bilhões de cruzeiros serão liberados para obras no Nordeste em janeiro; além de 1,2 bilhão de cruzeiros do Programa Pró-Rural para a realização de obras de saneamento, que vão beneficiar cerca de 500 comunidades nordestinas.

«Muito mais importante do que medidas emergenciais é estabelecer, como estabelecemos, uma nova matriz de desenvolvimento para o Nordeste.»

Em caráter absolutamente emergencial, também decidimos distribuir um total de 28 mil toneladas de farinha de mandioca, 56 mil toneladas de milho e 329 mil toneladas de arroz para atender a 655 mil famílias do Nordeste até maio do próximo ano. Mas muito mais importante do que essas medidas emergenciais é estabelecer para o nosso Nordeste como já estabelecemos, uma nova matriz de desenvolvimento. Este plano já elaborado está sendo levado aos governadores eleitos no último pleito para que eles ofereçam suas críticas e suas contribuições. A partir daí, poderemos consolidar esse programa, estabelecendo, como disse, uma nova matriz de desenvolvimento para a região.

Não podemos continuar convivendo com uma situação que coloca à margem do processo de desenvolvimento nacional cerca de 40 milhões de nordestinos. Com a consolidação deste programa de desenvolvimento para o Nordeste, que vai até o ano 2000, espero que os recursos liberados tenham uma correta aplicação e um efeito multiplicador em termos de melhoria de renda, de aumento do número de empregos, de melhoria da qualidade de vida da população do meu Nordeste.

Tratamos também da questão indígena, e algumas decisões importantes foram tomadas. A primeira delas foi a de revogar os atuais decretos que tratam da demarcação das terras indígenas por serem considerados inapropriados para o momento que estamos vivendo, e elaborar a minuta de um novo decreto que

atenda às expectativas das comunidades indígenas e da filosofia do Governo. Do mesmo modo determinei que se ultimasse dentro desses novos critérios o decreto de demarcação de terras dos índios Caiapós no Alto Xingu. Desejamos assinar esses atos demarcatórios lá, no Alto Xingu, numa comunidade indígena.

«É urgente e necessária
a adequação do Estatuto do Índio
aos novos preceitos
constitucionais.»

Em relação à Lei nº 6.001, mais conhecida como Estatuto do Índio, verificamos que é urgente e necessária a sua adequação aos novos preceitos constitucionais, e isso já está sendo elaborado para que possamos, dentro dos próximos meses, apresentar uma nova proposta do Estatuto do Índio.

Dentro da política indigenista, temos ações na área da saúde e da educação, e determinamos que essas ações fiquem sob a responsabilidade dos respectivos ministérios. A FUNAI irá sofrer um profundo reestudo para que possamos verificar se ela vem cumprindo as suas atribuições como o Governo deseja e como as comunidades indígenas desejam. É uma questão que eu gostaria de trazer mais para perto do Presidente da República, talvez pela instituição de uma Secretaria Especial vinculada diretamente ao Presidente da República, mantendo a parte positiva da FUNAI. Por enquanto, estamos aguardando os estudos que já encomendei para poder tomar uma decisão a respeito.

Sobre a demarcação das terras dos Ianomami, já encaminei ao Ministério das Relações Exteriores, uma solicitação ao governo da Venezuela, para que possamos estudar, conjuntamente, a demarcação da área. Como as senhoras e os senhores sabem, a área Ianomami fica localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela, uma fronteira que para o nosso índio não existe nem poderia existir. A concepção dele de nação é diferente da nossa, e não podemos estabelecer: «Daqui para lá você

não pode atravessar». O índio está acostumado a ir caçar, por exemplo, num rio cuja nascente fica do outro lado. E para ele esse impedimento se constitui numa grave interferência naquilo que julga ser um direito seu, milenar. Não tenho dúvidas que o Governo, em conjunto com o Presidente Andrés Perez e sua equipe, poderá com a evolução desses estudos, ligar as atuais 18 ou 19 «ilhas» da área Ianomami.

«Este símbolo do marajáismo no
serviço público, representado pela
Península dos Ministros, já é
coisa do passado.»

Em relação à reforma administrativa, já tive a oportunidade de dizer que tem dia para começar, como teve, mas não tem dia para terminar. A reforma é um processo permanente de adaptação, de aperfeiçoamento, de adequação da máquina à realidade nacional e, mais do que isso, de adequação ao projeto de modernização do nosso País. O grosso da reforma administrativa já foi feito. O ano de 1991 servirá para consolidar esse projeto.

Tive uma notícia que me deixou extremamente feliz ontem à tarde, no decorrer da reunião: as últimas casas da Península dos Ministros haviam sido leiloadas. Portanto, este símbolo do privilégio, da mordomia, do «marajáismo» no serviço público, representado pela Península dos Ministros já é coisa do passado. E os recursos auferidos com essas vendas serão, como todos sabem, destinados à construção de casas populares. Isso sem falar nos milhares de carros de representação que também já foram colocados à venda, nos 6 mil apartamentos funcionais já vendidos e nos outros milhares ainda por vender. Enfim, uma reforma que pretendo, nesse ano de 1991, possa gerar efeitos positivos e, sobretudo, dar uma motivação gerencial a todos os funcionários públicos, a todos os trabalhadores vinculados à área do Governo Federal.

Dentro de mais alguns instantes estaremos realizando a última reunião setorial desta semana, já que na próxima teremos duas outras, uma sobre privatização e a outra ainda sobre reforma administrativa, com a presença dos presidentes das companhias estatais e dos secretários nacionais.

«A questão da cidadania está profundamente vinculada à questão educacional.»

O Ministro Chiarelli, companheiro de lutas, me trouxe no decorrer desta semana — e hoje me faz oficialmente a entrega — o Programa Setorial de Ação do Governo na área de educação. Se queremos um país moderno, se queremos um país inserido nessa nova conformação geopolítica do mundo, teremos que obrigatória e necessariamente voltar a maior e melhor das nossas preocupações para a área educacional. Não podemos ter um país onde a cidadania não esteja plenamente realizada. E o cidadão tem que ter acesso às letras, à leitura, às informações, para poder julgar, para poder discernir, para poder decidir. A questão da cidadania está, portanto, profundamente vinculada à questão educacional. Daí o nosso desejo de aumentar crescentemente a fatia do nosso PIB destinada à educação.

Já neste ano, apesar das enormes dificuldades por que estamos passando, da enorme contenção de gastos a que estamos nos obrigando para equilibrar a economia deste País e preparar o terreno para a construção de uma sociedade mais fraterna, mais justa e mais solidária, enfim, apesar dessas dificuldades, já aumentamos percentualmente a participação da educação em relação ao PIB. Temos que avançar mais, e tenho certeza de que, com este programa que hoje oficialmente o Governo entrega à sociedade brasileira, estamos demarcando as trilhas pelas quais deveremos caminhar visando um programa educacional abrangente, que possa oferecer, a partir da primeira fase da vida do ser humano, condições de escolaridade e de educação que todos

precisam e que constitucionalmente é um dever do Estado e do Governo Federal.

Esse enorme esforço que estamos realizando na área econômica é exatamente para gerar os recursos necessários para que o Governo cumpra com a sua atribuição básica, que é na área social. Esse esforço que estamos fazendo para ter um Estado superavitário é exatamente para termos recursos para aplicar em educação, em saúde, em habitação, em saneamento, em infraestrutura. Essa sim, é a atribuição do Estado.

«Nosso governo só terá sentido se,
ao final do mandato, pudermos
apresentar à sociedade o resultado
desse enorme sacrifício por que
estamos passando.»

O Estado não tem que se intrometer em áreas que são típicas da iniciativa privada, quebrando os liames da economia de mercado, que é a economia adaptada à modernidade que estamos pretendendo. E aí volto a frisar que o nosso governo só terá sentido se, ao final do mandato, pudermos apresentar à sociedade brasileira o resultado desse enorme sacrifício por que todos nós estamos passando: o sacrifício de um programa de estabilização extremamente severo. E este resultado, tem que ser a aplicação responsável, absolutamente idônea, em todos os escalões da administração pública, desses recursos nas áreas sociais, porque não há como fazer programa social sem dinheiro. Essa equação não existe. E esse dinheiro tem que ser resultado do nosso próprio esforço, e não de dinheiro emprestado que gera pagamento de juros e um endividamento extraordinariamente elevado, que nos leva a problemas conjunturais de difícil solução.

Ao finalizar as minhas palavras, quero agradecer a todos os ministros de Estado, secretários de Governo, a todos aqueles que trabalham conosco pela construção de um Brasil novo, ao Ministro Carlos Chiarelli pelo esforço, dedicação e operosidade

com que desempenha suas funções à frente do Ministério da Educação. O Ministro Chiarelli que tem, dentre as suas enormes qualidades, a de não dar importância a fofocas e a fuxico. Ao Ministro Chiarelli, portanto, os meus agradecimentos pelo seu trabalho e pela apresentação deste programa setorial do meu governo na área de educação.

A todos aqueles com quem eventualmente eu não tenha a oportunidade de me avistar até o final do ano, desejo um 1991 muito feliz, sobretudo que entremos no ano de 1991 pela porta da frente, com a cabeça erguida, com o pé direito e absolutamente conscientes de que, se muito nós já realizamos neste ano de 1990, muito mais nos será exigido no próximo. Temos um compromisso com a Nação brasileira, com todo esse contingente de brasileiros que acredita, apesar das dificuldades por que está passando, que finalmente existe no País um governo que vai levar à frente um programa que visa, em última instância, estabelecer novos padrões de crescimento, com melhor distribuição de renda, com menos injustiças sociais, com menos problemas que dramatizam o nosso cotidiano. Um país dignificado pela própria cidadania, um país dignificado pelos dirigentes, pelas suas autoridades que, mais do que nunca, têm como missão o cumprimento do dever. E o dever significa reconstruir esse Brasil em bases mais sólidas e em bases que possam estabelecer novos padrões de convivência entre todos os brasileiros.

A todos, portanto, um feliz 1991.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante solenidade de lançamento do
Programa Setorial de Ação do Governo na Área
de Educação (1991-1995), no Palácio do Planalto,
no dia 28 de dezembro de 1990.*

Pronunciamento de Fim de Ano ao Povo de Alagoas em Cadeia de Rádio e Televisão do Estado

Minha gente,

Este é o meu gabinete. É aqui que trabalho todos os dias, decidindo a realização dos programas que estão mudando a vida do nosso Brasil. É aqui que todos os dias penso com especial carinho no Nordeste e em Alagoas, tenho sempre a proteção permanente de Nossa Senhora das Graças e de São Francisco de Assis. Estas imagens estão sempre ao meu lado e foram presente do Frei Leão e do Frei Damião, esse, verdadeiro símbolo da esperança e da fé para o povo nordestino.

Ao Nordeste, e especialmente Alagoas, devo tudo. Foi o alagoano quem me deu a primeira oportunidade de, através de um cargo público, poder trabalhar pelos que mais necessitam. E o Nordeste dentre todas as regiões do Brasil é a região mais sofrida, exatamente a que mais precisa de atenção e cuidado, precisa de carinho, precisa de consideração. Carinho e consideração que sempre recebi e que estou sempre retribuindo.

Ainda no mês de janeiro estarei junto com vocês, caminhando pelo nosso sertão para verificar mais uma vez os danos causados pela seca, e fiscalizar pessoalmente a aplicação dos recursos que já começo a liberar para diminuir um pouco o sofrimento por que todos vocês estão passando.

O final do ano é uma época em que tradicionalmente todos nós fazemos um balanço do que aconteceu na nossa vida, do que conseguimos realizar. Com o Presidente também é assim.

Eu quero aproveitar o dia de hoje para prestar contas à gente das Alagoas, à minha gente, com a satisfação de estar cumprindo o que prometi a vocês. O alagoano me conhece e, principalmente o povo mais humilde, há de se lembrar do nosso esforço como prefeito de Maceió, como deputado federal. O alagoano há de se lembrar da determinação em entregarmos aos desabrigados o conjunto Virgem dos Pobres e o Emissário Submarino quando fui governador deste estado, lutando, como todos se lembram, contra todas as dificuldades.

E agora todos poderão acompanhar de perto o grande trabalho de saneamento e urbanização que estamos começando na Vila Brejal, em Maceió. No Brasil novo, Alagoas está indo à forra. Em nove meses, o Governo Federal entregou ao estado e ao Governador Moacir de Andrade mais de 10 bilhões de cruzeiros para obras nas áreas de saúde, educação, saneamento, habitação. Alagoas terá o maior hospital do Nordeste, terá uma nova e moderna unidade de emergência, além da recuperação de todos os seus postos de saúde. Estamos investindo 370 milhões de cruzeiros na recuperação e construção de escolas. Estamos realizando o maior programa de urbanização de favelas que Alagoas já viu, em conjunto com a prefeitura de Maceió. E vamos construir mais de seis mil casas em novos conjuntos habitacionais.

Especialmente para quem vive e trabalha no interior, estamos realizando o programa de integração rural do baixo São Francisco, um investimento de cerca de um bilhão de cruzeiros. E também as obras da Adutora do Agreste, que atende a 19 municípios. Além disso, o nosso governo retomou as obras da Usina Hidrelétrica de Xingó, que estavam, como todos sabem, abandonadas. Com isso vamos impedir que o Nordeste sofra qualquer problema no abastecimento de energia elétrica nos anos vindouros.

Tenho acompanhado com muita atenção tudo o que se passa em nosso estado, e sei que todos vocês também estão atentos, sentindo que a vida de cada um pode e vai melhorar. O povo de Alagoas não merece reviver, jamais, o abandono. Temos

juntos um passado, estamos do mesmo lado e vamos continuar assim. Neste momento em que comemoramos a chegada de um Ano-Novo, podemos comemorar também os primeiros passos que já demos no caminho da verdadeira redenção do Estado de Alagoas e de todo o Nordeste.

Um dia Frei Damião me disse: «Fernando, aja sempre com amor a seu próximo e sobretudo à sua gente». Continuava a me dizer Frei Damião: «Olhe, por maior dificuldade que você encontre, lute sempre e tenha fé». E é isso que eu venho fazendo. Lutando, trabalhando lado a lado com vocês, com confiança e a ajuda de Deus. Não tenho dúvida de que haveremos de construir um futuro melhor para o nosso Brasil, que juntos haveremos de construir um futuro melhor para o nosso Nordeste e, sem dúvida, para a nossa querida Alagoas.

Minha gente, um Feliz Ano-Novo para todos vocês.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
ao povo de Alagoas, por ocasião do fim de ano,
em cadeia de rádio e televisão do Estado,
no dia 28 de dezembro de 1990.*

Série Diretrizes para um Novo Brasil

- 1. O Projeto de Reconstrução Nacional e O Compromisso com a Democracia**
- 2. A Democracia e o Controle Soberano do Estado**
- 3. Desenvolvimento: o Condutor da Dignidade e do Bem-Estar do Trabalhador**
- 4. Crianças, o Desafio Maior**
- 5. O Fortalecimento da Economia e a Sociedade Brasileira**
- 6. Consciência Ecológica e Qualidade de Vida**
- 7. Educação e Cidadania Plena: um Projeto Brasileiro**
- 8. O Brasil e a Nova Estrutura Internacional**
- 9. O Governo Kubitschek e a Industrialização Brasileira**
- 10. Brasil e Portugal: Parceiros na História e Sócios no Projeto do Futuro**
- 11. O Governo e a Competitividade da Indústria Nacional**
- 12. Os Poderes Constituídos e a Convivência Democrática**

ESTA OBRA FOI COMPOSTA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604 BRASÍLIA, DF,
EM FEVEREIRO DE 1991, PARA
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
5.000 EXEMPLARES

“Hoje, a prática demonstra que cada um dos Poderes, ciosos dos ditames e dos seus compromissos constitucionais, utiliza na abrangência suas atribuições em favor de um trabalho comum.”

Presidente Fernando Collor

